



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

RUMO À
NEUTRALIDADE
CARBÓNICA | **RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE**

2022



“Nós não
herdamos
a terra
dos nossos
antepassados,
pedimos
emprestada
aos nossos
filhos.”

Provérbio indígena



Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	10		
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	10	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	14
		2-19 Políticas de remuneração	14
		2-20 Processo para determinação da remuneração	14
		2-21 Proporção da remuneração total anual	14
A organização e suas práticas de relato	11	Modelo de governo	15
2-1 Detalhes da organização	11		
2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	11	Estratégia, políticas e práticas	16
2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	11	A nossa missão	16
2-4 Reformulações de informações	11	A nossa visão	16
2-5 Verificação externa	11	Os nossos valores	16
		Eixos Estratégicos	16
		Compromisso com a Sustentabilidade	17
Atividades e trabalhadores	12	Principais Destaques APDL 2022:	
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	12	Sustentabilidade, Inovação e Expansão Portuária	19
2-7 Empregados	12	Sustentabilidade e Transição Energética	19
		Inovação, Digitalização e Novas Infraestruturas	21
		Parcerias e Expansão Logística	21
		Responsabilidade Social, Ética e Igualdade	22
		Eventos, Reconhecimento e Comunicação	23
		2-23 Compromissos de política	24
		2-24 Incorporação de compromissos de política	24
		2-25 Processos para reparar impactes negativos	24
		2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	25
		2-27 Conformidade com leis e regulamentos	25
		2-28 Participação em associações	25
		2-29 Abordagem para envolvimento de stakeholders	25
Governança	13	201 - Desempenho Económico	26
2-9 Estrutura de governança e sua composição	13		
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	13	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	26
2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	13	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	26
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactes	13	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	26
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactes	14		
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	14		
2-15 Conflitos de interesse	14		
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	14		
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	14		

207 - Tributos 27

207-1 Abordagem tributária	27
207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	27
207-3 Envolvimento dos stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	28

302 - Energia 29

302-1 Consumo de energia dentro da organização	29
302-3 Intensidade energética	30

303 - Água e efluentes 31

303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	31
303-2 Gestão de impactes relacionados à rejeição de água	31
303-5 Consumo de água	32
306-3 Derrames significativos	32

304 - Biodiversidade 33

304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	33
304-2 Impactes significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	37
304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	37

305 - Emissões 38

305-1 Emissões diretas (scope 1) de gases de efeito estufa (GEE)	38
305-2 Emissões indiretas (scope 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	38
305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	39

305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	40
--	----

306 - Resíduos 40

306-1 Produção de resíduos e impactes significativos relacionados	41
306-2 Gestão de impactes significativos relacionados com resíduos	41
306-3 Resíduos gerados	41
306-4 Resíduos destinados para operações de valorização	41
306-5 Resíduos destinados para operações de eliminação	42

308 - Avaliação ambiental de fornecedores 2016 49

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios	49
308-2 Impactes ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	49

401 - Emprego 51

401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	51
401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	52
401-3 Licença maternidade/paternidade	52

403 - Saúde e Segurança do Trabalho 53

403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	53
403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	53
403-3 Serviços de saúde do trabalho	53
403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	53
403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	53
403-6 Promoção da saúde do trabalhador	54

403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	54
403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	55
403-9 Acidentes de trabalho	55

404 - Capacitação e educação

404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	56
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	56
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	57

405 - Diversidade e igualdade de oportunidades

405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	58
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	58

418 - Privacidade do cliente

418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	59
--	----

Sumário conteúdo GRI

Declaração GRI

Lista de acrónimos

Referências

Índice de tabelas

Tabela 1. Número total de empregados por género e regime de trabalho	12	Tabela 26. Taxa total de rotatividade por faixa etária	51
Tabela 2. Valor económico direto gerado e distribuído	26	Tabela 27. Taxa total de rotatividade por género	52
Tabela 3. Apoio financeiro recebido do governo	26	Tabela 28. Indicadores relativos à licença de maternidade/paternidade por género e ano	52
Tabela 4. Consumo de energia dentro da organização de fontes não renováveis	30	Tabela 29. Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho da APDL	55
Tabela 5. Consumo de energia dentro da organização de fontes renováveis	30	Tabela 30. Indicadores relativos a acidentes de trabalho	55
Tabela 6. Intensidade energética	30	Tabela 31. Total de colaboradores que receberam avaliação regular de desempenho e progressão de carreira por categoria funcional	58
Tabela 7. Consumo de água por unidade de negócio	32	Tabela 32. Composição do órgão de governança	58
Tabela 8. Valências do Porto de Viana do Castelo	35	Tabela 33. Percentagem de novos colaboradores por género e faixa etária	58
Tabela 9. Emissões de gases com efeito de estufa por unidade de negócio	38	Tabela 34: Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidas por pessoas do género feminino e género masculino por categoria funcional	59
Tabela 10. Intensidade das Emissões de GEE	39		
Tabela 11. Emissões atmosféricas significativas	40		
Tabela 12. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL	42		
Tabela 13. Resíduos destinados a operações de valorização	42		
Tabela 14. Resíduos destinados a operações de eliminação	44		
Tabela 15. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL	45		
Tabela 16. Resíduos destinados a operações de valorização	45		
Tabela 17. Resíduos destinados a operações de eliminação	46		
Tabela 18. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL	47		
Tabela 19. Resíduos destinados a operações de valorização	47		
Tabela 20. Resíduos destinados a operações de eliminação	48		
Tabela 21. Classificação final de fornecedores	49		
Tabela 22. Avaliação Ambiental de fornecedores	50		
Tabela 23. Novas contratações por faixa etária	51		
Tabela 24. Novas contratações por género	51		
Tabela 25. Número total de rotatividade por género e faixa etária para 2022	51		

Índice de figuras

Figura 1. Eixos estratégicos	16
Figura 2. Objetivos da Política de Sustentabilidade	17
Figura 3. Ações no eixo estratégico da sustentabilidade	18
Figura 4. Exemplo de iluminação pública com energia solar e eólica na VND	19
Figura 5. Apresentação do Autocarro Elétrico Eco-bus	20
Figura 6. Tetrápodes EConcrete no Porto de Leixões	20
Figura 7. Parceria com o CEiiA para integrar a Zona Livre Tecnológica de Matosinhos	21
Figura 8. Simulacro de Salvamento Marítimo e de Combate à Poluição Fluvial	22
Figura 9. Simulacro de Combate à Poluição do Meio Marinho em Viana do Castelo	22
Figura 10. Renovação do compromisso com o Fórum iGen para a igualdade de género e nomeação da Comissão de Ética e de Conduta	23
Figura 11. Consumo energético total dentro da organização	29
Figura 12. Área de jurisdição do Porto de Leixões	33
Figura 13. Reserva Natural Local do Estuário Douro	34
Figura 14. Área de jurisdição do Porto de Viana do Castelo	34
Figura 15. Localização das ZEC na área de Porto de Viana do Castelo	35
Figura 16. Área de jurisdição da Via Navegável do Douro	35
Figura 17. Localização do Parque Natural do Douro Internacional	36
Figura 18. Localização do ZEC do Alvão/Marão	36
Figura 19. Localização da ZEC do Rio Paiva	36
Figura 20. Espécies com estatuto de ameaça identificadas nas áreas de jurisdição da APDL	37
Figura 21. Emissões de GEE totais 2022	38
Figura 22. Média de horas de capacitação realizada pelos colaboradores da organização	57
Figura 23. Percentagem de colaboradores que receberam avaliação regular de desempenho e progressão de carreira por género	57

Mensagem do Conselho de Administração

2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável

A Administração da APDL, reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, um pilar estratégico essencial para a atividade da nossa atuação.

A sustentabilidade é para a APDL um elemento central para garantir a resiliência, a competitividade e a responsabilidade social desta Autoridade Portuária. Por esse motivo, incorporamos os princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) nas nossas decisões e operações, promovendo práticas que respeitam o meio ambiente, valorizam as comunidades locais e asseguram uma gestão ética e transparente.

A nossa estratégia de sustentabilidade passa pela transição energética nos portos, pelo incentivo à economia circular, pela digitalização dos processos logísticos e pelo investimento em infraestruturas verdes.

Mantemo-nos empenhados em ser um agente ativo na construção de um futuro mais sustentável para o setor portuário e para a sociedade em geral.

Joaquim Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração



A organização e suas práticas de relato

2-1 Detalhes da organização

A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, é uma sociedade anónima de capital exclusivamente público, com sede em Leça da Palmeira, no município de Matosinhos, Portugal. Encontra-se também presente nos municípios de Viana do Castelo e no Peso da Régua.

2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização

O relatório é referente ao desempenho em sustentabilidade da APDL e inclui as unidades de negócio do Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro. A apresentação dos indicadores é realizada por unidade de negócio ou de forma consolidada, quando a gestão dos mesmos é centralizada.

2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato

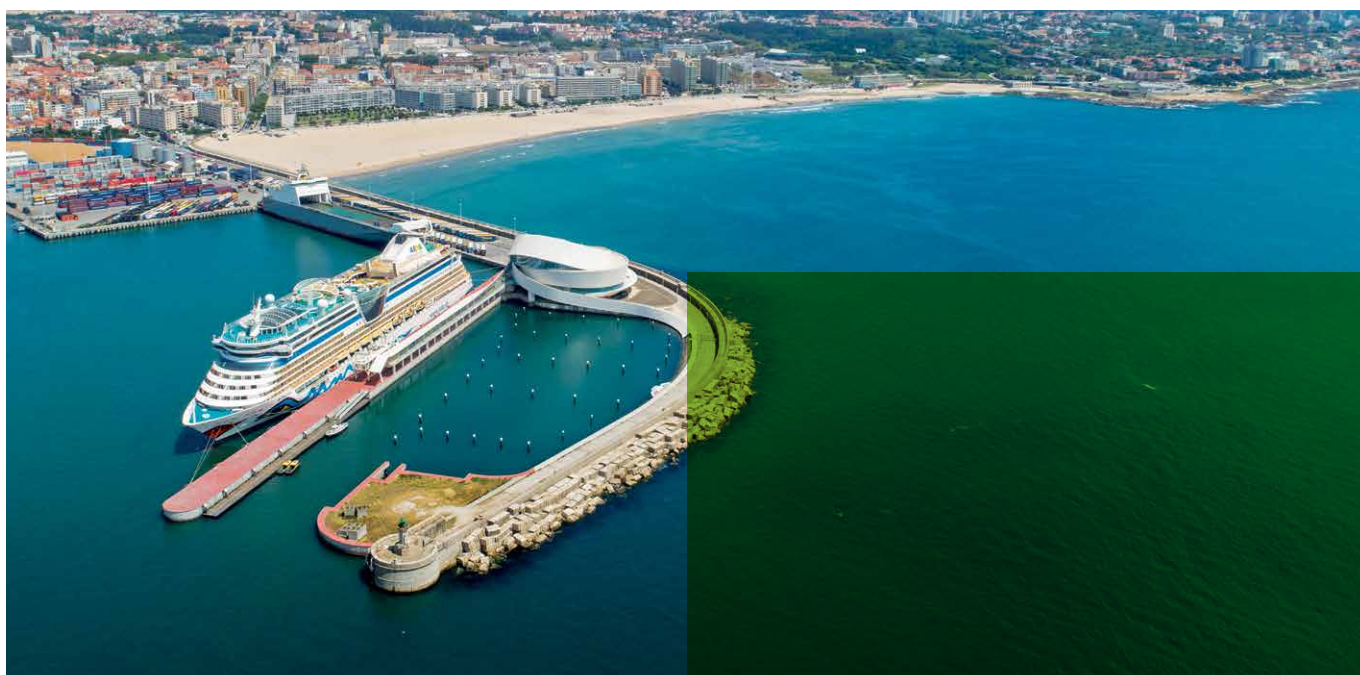
O relatório é referente ao desempenho da APDL no ano de 2022, entre 1 de janeiro a 31 de dezembro. A APDL elabora relatórios de sustentabilidade desde 2006, sendo o seu conteúdo definido a partir da matriz de materialidade e da política de sustentabilidade e do plano operacional de sustentabilidade da empresa.

2-4 Reformulações de informações

O relatório de 2022 foi elaborado em conformidade com os standards do Global Reporting Initiative - GRI 2021. Por esse motivo, a forma de apresentação de algumas informações pode diferir daquela utilizada em relatórios anteriores, refletindo a atualização dos critérios de reporte.

2-5 Verificação externa

Não é realizada verificação externa.



Atividades e trabalhadores

2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios

A APDL visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento de três unidades de negócio: Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro.

A APDL presta os seguintes serviços:

- Ajudas à Navegação
- Gestão de postos de acostagem
- Controle de tráfego marítimo
- Prestação de serviços de pilotagem, reboque e amarração, abastecimento de água, recolha de resíduos, fornecimento de energia elétrica, guindagem e armazenagem
- Manutenção dos Canais de Acesso
- Utilização da via navegável do rio Douro
- Prevenção e combate à poluição do mar
- Sistemas de Segurança
- Construção e manutenção de acessibilidades terrestres aos portos
- Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos
- Limpeza da área portuária
- Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, pipelines)
- Atribuição de concessões

As operações de carga e descarga de mercadorias nas três unidades de negócio são realizadas por operadores portuários através de concessões ou de licenças.

2-7 Empregados

Tabela 1. Número total de empregados por género e regime de trabalho

2-7 Empregados	2022	
	Feminino	Masculino
Número total de empregados	92	183
Número total de empregados permanentes	92	183
Número total de empregados temporários	-	-
Número total de empregados sem garantia de carga horária	-	-
Número total de empregados em tempo integral	92	183
Número total de empregados de período parcial	-	-

Em 2022, a APDL contava com um total de 275 empregados, dos quais 92 mulheres e 183 homens (Tabela 1). Todos os empregados são permanentes e trabalham em regime de tempo integral, não existindo trabalhadores temporários, sem garantia de carga horária ou em regime de tempo parcial. Estes dados refletem a estrutura estável da força de trabalho da organização.



Governança

2-9 Estrutura de governança e sua composição

A APDL adota um modelo de governança composto por três órgãos principais: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. O Conselho de Administração é o órgão de gestão de topo, composto por um presidente e dois vogais, eleitos para mandatos de três anos (2020-2022). Os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas e não acumulam outros cargos relevantes fora da organização. As regras estatutárias sobre nomeação, substituição e duração dos mandatos estão detalhadas no Relatório de Governo Societário.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo pelo menos um deles independente. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretário. Os membros dos órgãos sociais são selecionados de acordo com os estatutos da empresa e a legislação aplicável ao setor público empresarial, garantindo independência e qualificação técnica.

A composição dos órgãos sociais reflete uma preocupação com a diversidade, sendo que cerca de 31,7% das chefias são ocupadas por mulheres. Os dados de género e qualificações dos membros estão detalhados no Relatório de Contas, bem como a duração dos mandatos e as remunerações.

As funções de supervisão e fiscalização, incluindo a auditoria externa, são asseguradas pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Não existem comités específicos para sustentabilidade, mas as matérias ambientais, sociais e de governança são abordadas no âmbito das competências dos órgãos de administração e fiscalização.

A seleção dos membros dos órgãos sociais é realizada de acordo com os estatutos da empresa e a legislação aplicável ao setor público empresarial, garantindo a independência e a qualificação técnica dos seus membros.

- **Conselho de Administração:** 1 presidente, 2 vogais (todos executivos, mandato 2020-2022).
- **Conselho Fiscal:** 3 membros efetivos, 1 suplente (inclui independentes).
- **Mesa da Assembleia Geral:** 1 presidente, 1 secretário
- **Diversidade:** 31,7% das chefias são mulheres; equilíbrio de género nas áreas não operacionais.
- **Competências:** Experiência em gestão portuária, engenharia, finanças, direito, sustentabilidade e gestão de risco.

2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, conforme os Estatutos da APDL (artigo 8.º). O mandato é de três anos, renovável até três vezes consecutivas. O último mandato iniciou-se em 2020.

2-11 Presidente do mais alto órgão de governança

Presidente do Conselho de Administração: Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo (mandato 2020-2022).

2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactes

O Conselho de Administração gere os negócios sociais e pratica todos os atos relativos ao objeto social, incluindo a definição da estrutura e organização geral da APDL, nomeação de responsáveis, aprovação de planos e relatórios, e supervisão de impactes económicos, sociais e ambientais.

2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactes

As competências são delegadas por pelouros: cada vogal e o presidente têm unidades orgânicas sob sua direção (ex.: Direção Financeira, Direção de Operações Portuárias e Segurança, Direção de Desenvolvimento e Sustentabilidade, etc.).

2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade

O Conselho de Administração aprova e valida o relatório de sustentabilidade e o relatório de governo societário, garantindo a divulgação das práticas e desempenho da empresa.

2-15 Conflitos de interesse

Os membros do órgão de administração abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, assinando declarações nesse sentido. Cumprimento do artigo 51.º do RJSPE.

2-16 Comunicação de preocupações cruciais

Existe um canal de comunicação de irregularidades, regulamento próprio e Comissão de Ética e de Conduta. O acesso é público e está disponível no site da APDL.

2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança

Os membros do Conselho de Administração possuem formação académica relevante (Engenharia, Direito) e experiência profissional diversificada, incluindo gestão pública, jurídica e técnica.

2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança

Os administradores executivos são avaliados anualmente pelo acionista único (Estado), em Assembleia Geral. Não existem critérios pré-determinados além dos previstos pela gestão regular e estatuto de gestor público.

2-19 Políticas de remuneração

As remunerações são fixadas por deliberação da Assembleia Geral, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público. Incluem vencimento mensal, despesas de representação, benefícios sociais e seguros.

2-20 Processo para determinação da remuneração

O processo segue deliberações sociais unânimes e legislação específica para gestores públicos. Não existe componente variável nem prémios de desempenho.

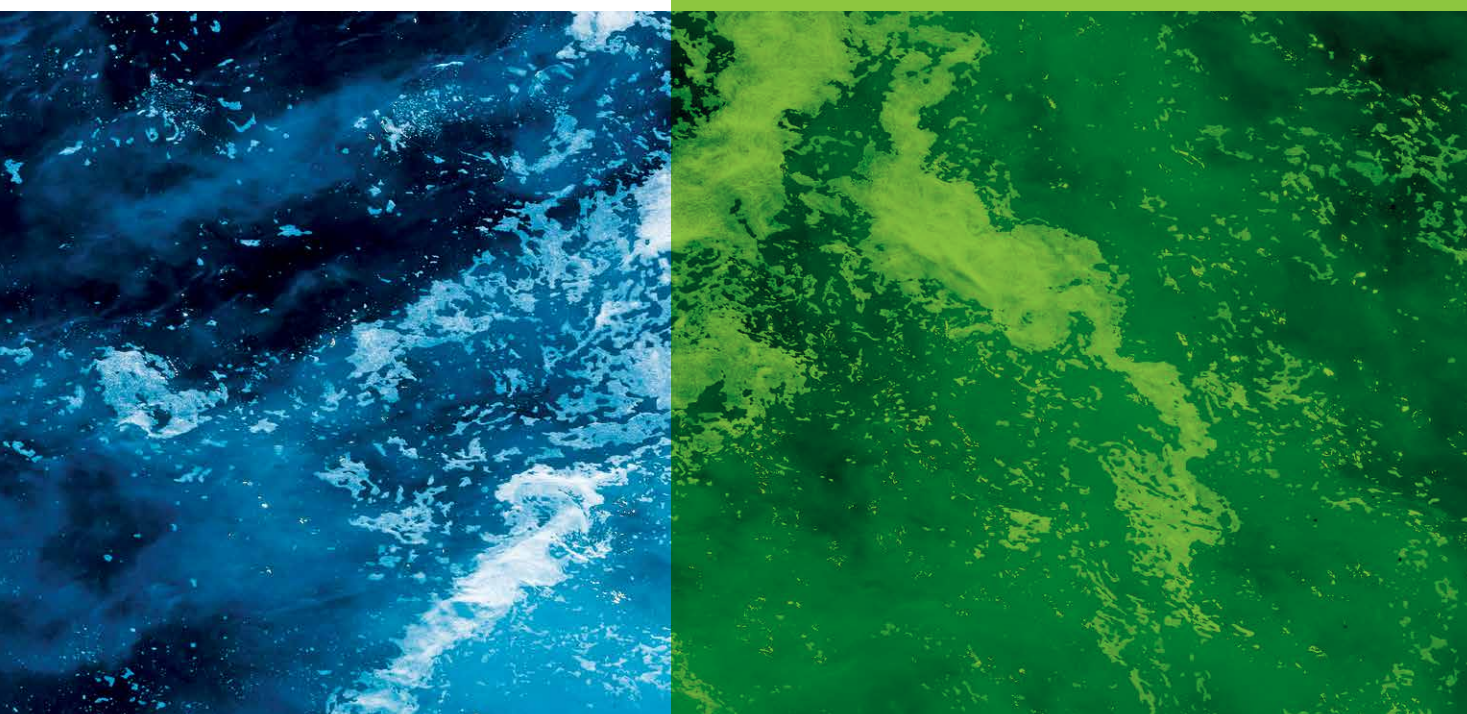
2-21 Proporção da remuneração total anual

A informação relativa à remuneração anual bruta dos membros do Conselho de Administração encontra-se disponível no Relatório de Governo Societário de 2022. Os valores incluem benefícios sociais, subsídio de refeição, seguros e viatura de serviço. Não existe remuneração variável, prémios ou participação nos lucros.

Modelo de Governo

A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. é uma sociedade anónima de capital exclusivamente público que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento de três unidades de negócio: o Porto de Leixões, o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro (doravante designada de VND). A APDL integra o Setor Empresarial do Estado orientando a sua atuação de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, que define os princípios de bom governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista) e às empresas por ele detidas. A estrutura do modelo de governo societário da APDL poderá ser consultada em: <https://www.apdl.pt/empresa>.

A APDL tem sede em Leça da Palmeira, no concelho de Matosinhos e opera atualmente exclusivamente em Portugal.



Estratégia, políticas e práticas

A nossa missão

Prestar serviços de reconhecido valor aos clientes e utilizadores do sistema de portos do Norte de Portugal, nas vertentes comercial, logística e turística através de uma adequada oferta de infraestruturas, de uma elevada eficiência operacional, de sistemas tecnológicos e de práticas inovadoras, de recursos humanos qualificados e motivados, de uma prática de sustentabilidade e de segurança, ordenando e desenvolvendo o espaço portuário e assegurando a adequada integração urbana, envolvendo as comunidades portuárias.

A nossa visão

Tornar o sistema portuário (Leixões, Viana e Douro) de excelência, fluido e leve, indutor de criação de valor e desenvolvimento sustentável, integrado na rede logística e do turismo da fachada Atlântica da Península Ibérica. Juntos criamos mais valor.

Os nossos valores

- Partilha, articulação e integração de infraestruturas e competências entre as três unidades de negócio da APDL
- Liderança em sustentabilidade e inovação.
- Orientação para o cliente e postura sistemática de excelência
- Ética, lealdade e orgulho de pertença à empresa.
- Motivação e reconhecimento do mérito dos colaboradores
- Fiabilidade, segurança e salvaguarda do ambiente nas operações.
- Criação de valor e sustentabilidade financeira.
- Exercício pleno de autoridade portuária orientado para o interesse público.
- Integração com a envolvente e promoção do desenvolvimento regional

Eixos Estratégicos

A estratégia da APDL assenta em 4 grandes eixos:



Negócio



Infra/Infoestrutura



Gestão Interna



Sustentabilidade

Figura 1. Eixos estratégicos

Negócio: Consolidação e diversificação, reforço do posicionamento global, captação de novos negócios, promoção da inovação e do turismo sustentável.

Infra/Infoestrutura: Desenvolvimento e modernização das infraestruturas portuárias e logísticas, aposta na digitalização e integração na rede logística.

Gestão Interna: Aumento da coesão interna, modelo de gestão *landlord*, eficiência, articulação com stakeholders e sustentabilidade financeira.

Sustentabilidade: Desenvolvimento sustentável, colaboração com agentes regionais, valorização ambiental e integração com a envolvente.

Compromisso com a Sustentabilidade

Na **Política de Sustentabilidade da APDL**, esta é encarada como um fator essencial para a longevidade do negócio, promovendo benefícios para acionistas, colaboradores, fornecedores e para a comunidade. Com a convicção de que um futuro sustentável depende das ações tomadas no presente, a empresa assume um papel ativo na promoção de boas práticas ao longo da cadeia de valor portuária. A Política de Sustentabilidade assenta nos seguintes cinco objetivos:



Monitorizar e minimizar os impactos ambientais



Garantir a segurança das pessoas e das operações



Criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade



Valorização profissional e pessoal das empresas que trabalham na empresa



Promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais



Monitorizar e minimizar os impactos ambientais

- Monitorização e mitigação de impactos ambientais (ruído, qualidade do ar e da água).
- Cooperação com concessionários na gestão ambiental.
- Cumprimento rigoroso da legislação ambiental.
- Gestão integrada de resíduos, com aumento da separação e encaminhamento adequado.
- Sensibilização e formação em boas práticas ambientais.
- Redução do consumo de recursos naturais (água, energia).
- Promoção da transição energética e redução de emissões.



Garantir a segurança das pessoas e das operações

- Promoção de locais de trabalho seguros.
- Cumprimento das regras de segurança, em parceria com todos os envolvidos.
- Controlo regular das condições de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e auditorias a prestadores de serviços.
- Formação regular sobre SST e equipamentos de proteção.



Criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade

- Desenvolvimento de serviços eficientes e inovadores.
- Relações responsáveis com fornecedores e incentivo à gestão sustentável.
- Investimento em inovação e sistemas de informação.
- Cooperação, transparência e confiança com parceiros de negócio.



Valorização profissional e pessoal das empresas que trabalham na empresa

- Ambiente livre de discriminação e promoção da igualdade.
- Boas práticas de envolvimento e motivação dos trabalhadores.
- Melhoria das condições de trabalho e oportunidades de crescimento.
- Formação contínua e desenvolvimento de competências.
- Conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

Figura 2. Objetivos da Política de Sustentabilidade



Promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais

- Contribuição para o bem-estar social e económico das comunidades locais.
- Fortalecimento dos laços com as populações através de atividades educativas, culturais e desportivas.
- Comunicação transparente do desempenho económico, social e ambiental.
- Diálogo permanente com partes interessadas.

O **Plano Estratégico 2017-2026** define a sustentabilidade como eixo central, com ações concretas para:



Monitorizar e minimizar os impactos ambientais



Promoção do crescimento verde e da qualidade ambiental



Envolvimento dos stakeholders e comunidades locais



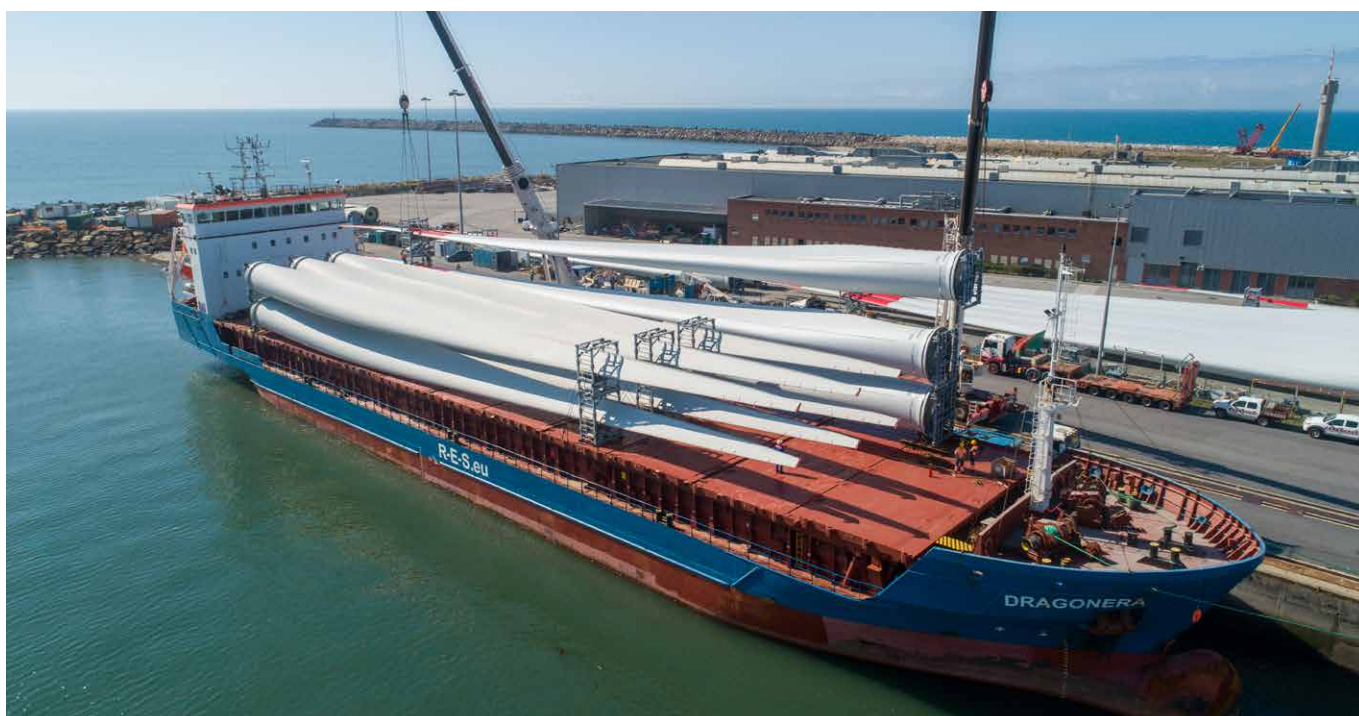
Alinhamento com diretivas europeias e melhores práticas internacionais

Inclui ainda um plano de ação para a gestão sustentável, aposta na inovação e digitalização, e promoção de alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável.

Na gestão da empresa são ainda considerados os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), compromisso reforçado pela APDL com a sua adesão à rede *UN Global Compact Network Portugal*. De entre os 17 ODS, a APDL considera como prioritários para a sua atividade os seguintes:



Figura 3. Ações no eixo estratégico da sustentabilidade



Principais Destaques APDL 2022: Sustentabilidade, Inovação e Expansão Portuária

O ano de 2022 foi marcado por avanços significativos na Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), com forte aposta na sustentabilidade e inovação.

Destacam-se a implementação de projetos de transição energética definidos no roteiro para a neutralidade carbónica até 2035, a assinatura de um protocolo com a PRIO para a implementação de um projeto piloto que visa a introdução de combustíveis ecológicos num rebocador da APDL, e a instalação pioneira dos tetrápodes EConcrete para reforço da biodiversidade marinha.

O Porto de Leixões reforçou a sua capacidade operacional aquisição de dois novos rebocadores e modernização de infraestruturas. Foram ainda celebrados acordos estratégicos para aumentar a conectividade logística, promovidas ações de formação e responsabilidade social, e reforçado o compromisso com a igualdade de género e a ética organizacional. O ano ficou também marcado pela adesão ao Pacto do Porto para o Clima, consolidando a APDL como referência nacional e internacional em sustentabilidade portuária.

Sustentabilidade e Transição Energética

Neutralidade Carbónica e Energia Renovável

O roteiro para atingir a neutralidade carbónica e autossuficiência energética até 2035 da APDL, antecipam 15 anos a meta europeia. Foram realizadas ações para a implementação de projetos de energia das ondas, energia eólica e solar, e promoção a eletrificação das operações portuárias.

- **Adesão ao Pacto do Porto para o Clima**, reforçando o compromisso da descarbonização, a transição energética e a digitalização do negócio.
- **Iluminação Pública com Energia Eólica e Solar**: postes de iluminação pública alimentados por energia eólica e solar em alguns cais ao longo da Via Navegável do Douro. Estes equipamentos produzem eletricidade limpa, permitindo poupanças em custos energéticos, redução de emissões de carbono e menor dependência da rede elétrica convencional.



Figura 4. Exemplo de iluminação pública com energia solar e eólica na VND

- **Combustíveis Ecológicos:** parceria com a Prio para introdução de biocombustíveis (Ecobunkers) num dos rebocadores da APDL, reduzindo em 20% as emissões deste equipamento.
- **Aquisição de um Autocarro Elétrico Eco-bus**



Figura 5. Apresentação do Autocarro Elétrico Eco-bus

- **Aquisição de dois rebocadores** com vista ao reforço da capacidade do porto de Leixões. Estes rebocadores caracterizam-se por serem de nova geração, mais ecológicos, com redução das emissões de carbono em 80%, permitindo assim mitigar as emissões gasosas da frota marítima.



Projetos Inovadores

Instalação dos primeiros tetrápodes EONcrete no Porto de Leixões no âmbito da obra de extensão do quebra-mar, com vista à proteção do molhe e à promoção da biodiversidade marinha através da fixação e desenvolvimento de espécies na superfície do betão.



Figura 6. Tetrápodes EONcrete no Porto de Leixões

Adoção de Medidas Sustentáveis

- **Atualização do Plano de Gestão de Resíduos da Via Navegável do Douro,** aplicável entre 2022-2026. Esta atualização pretende contribuir para a proteção das massas de água da Via Navegável do Douro através do aumento de locais para receção dos resíduos produzidos nas embarcações.

Inovação, Digitalização e Novas Infraestruturas

Modernização Portuária

- **Prolongamento do Quebra-mar de Leixões**, esta obra visa aumentar a segurança e aumentar a competitividade do Porto de Leixões, ao permitir o acesso e a operação de navios de carga de maior dimensão, possibilitando a entrada em porto de 70% da frota de navios mundial.

Digitalização

- **Implementação da Janela Única Logística (JUL) no Porto de Viana do Castelo**, promovendo a eficiência e desmaterialização dos processos logísticos.

Cibersegurança

- **Participação no Projeto MÉTIS**, desenvolvido em consórcio com a Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) para reforçar a cibersegurança e a resiliência a ciberataques no sistema portuário nacional, no contexto da Janela Única Logística (JUL). Inclui ações para aumentar a consciencialização e proteger infraestruturas críticas do sistema portuário nacional.

Projetos de I&D

- Participação com o Instituto Politécnico da Guarda na **criação do Laboratório Colaborativo em Logística (CoLAB LogIN)**, que irá investigar as redes e os fluxos logísticos da região da Guarda e do país com o exterior.

Parcerias e Expansão Logística

Acordos Estratégicos

- **Parceria com a ZALDESA** (Sociedade Zona de Atividades Logísticas de Salamanca S.A.U.) para aumentar a conectividade logística entre os seus Terminais Logísticos, fomentando a competitividade e o crescente fluxo de mercadorias.
- **Parceria com o CEiiA para integrar a Zona Livre Tecnológica de Matosinhos**, um espaço dedicado à experimentação e desenvolvimento de soluções inovadoras, ligadas à mobilidade sustentável, logística inteligente e tecnologias emergentes.



Figura 7. Parceria com o CEiiA para integrar a Zona Livre Tecnológica de Matosinhos

Financiamento e Investimento

- **Aprovação de financiamento europeu** para a reabilitação da Doca 1 Norte de Leixões.
- **Submissão de duas candidaturas ao Programa CEF para reforçar a infraestrutura logística e portuária**: a primeira candidatura refere-se ao projeto **Douro's Inland Waterway - Core Infrastructure Development (CID)**, com um investimento estimado de 81,1 milhões de euros até 2026, visando melhorar as condições de navegabilidade, segurança e desempenho operacional da Via Navegável do Douro. Inclui reabilitação de cais, sinalização, correção do canal navegável e reabilitação das eclusas. A segunda candidatura diz respeito ao Reforço do Cais Norte da Doca nº1 do Porto de Leixões, com um investimento previsto de 25,6 milhões de euros até 2025, para aumentar a capacidade de receção de navios, permitir operações Ro-Ro e garantir requisitos de mobilidade militar.

Responsabilidade Social, Ética e Igualdade

Compromisso Social

Realização e/ou participação em atividades que reforcem a segurança, a prevenção e o bem-estar no ambiente de trabalho:

- **Simulacro de Salvamento Marítimo e de Combate à Poluição Fluvial - Exercício "Rabelo 2022"**: simulação de um derrame de hidrocarbonetos com o objetivo de treinar os procedimentos em resposta de emergência, no âmbito do Plano de Segurança e Emergência da APDL.



Figura 8. Simulacro de Salvamento Marítimo e de Combate à Poluição Fluvial

- **Participação em Simulacro de Combate à Poluição do Meio Marinho em Viana do Castelo - Exercício "Atlantic Porex PT 2022"**: simulação de uma mancha de poluição em alto mar e respetivas operações de contenção e recolha de material poluente. Este exercício serve para testar o plano nacional de contingência contra incidentes de poluição em diferentes cenários - mar (offshore), porto, marinas e praia.



Figura 9. Simulacro de Combate à Poluição do Meio Marinho em Viana do Castelo

Ética e Igualdade

- **Renovação do compromisso com o Fórum iGen para a igualdade de género** e nomeação da Comissão de Ética e de Conduta.



Figura 10. Renovação do compromisso com o Fórum iGen para a igualdade de género e nomeação da Comissão de Ética e de Conduta

Apoio à Comunidade

- **Dádiva de Sangue** em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.
- Curso de Formação da APDL promove Formação Sénior **"Oficinas Criativas"** com vista à partilha e aquisição de conhecimentos.

Eventos, Reconhecimento e Comunicação

Eventos Internacionais

- **Participação na Conferência dos Oceanos da ONU em Lisboa:** a APDL apresentou os seus projetos na área de Sustentabilidade e Transição Energética no evento "One Sustainable Ocean", realizado no âmbito da Conferência dos Oceanos da Organização das Nações Unidas. Esta participação reforçou o compromisso da APDL com a economia do mar e a neutralidade carbónica, destacando iniciativas como a eletrificação das operações portuárias, fornecimento de energia onshore (OPS), iluminação pública com energia renovável e projetos de biodiversidade marinha.

Certificações e Prémios

- Porto de Leixões tornou-se o primeiro porto português a obter a **certificação ISO 28000** (Segurança da Cadeia de Abastecimento), demonstrando o compromisso da APDL com a qualidade e segurança das operações.

2-23 Compromissos de política

A APDL adota políticas internas que orientam a sua atuação ética, ambiental e social, alinhadas com os princípios da boa governança pública. Estas políticas incluem o Código de Ética e Conduta, regulamentos internos e compromissos com a legislação nacional e normas setoriais aplicáveis à gestão portuária e fluvial. A empresa promove a integridade, a transparência e o cumprimento das obrigações legais em todas as suas operações.

2-24 Incorporação de compromissos de política

A empresa integra de modo contínuo e efetivo os compromissos nas suas operações diárias, assegurando que os princípios orientadores definidos nas políticas aprovadas são observados em todas as áreas funcionais e ao longo da cadeia de valor.

De entre as Políticas e compromissos centrais destacam-se os seguintes:

- Plano Estratégico da APDL 2017-2026, com metas de desenvolvimento sustentável e eficiência operacional;
- Código de Ética e Conduta;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Responsabilidade Social Corporativa;
- Compromisso com a Neutralidade Carbónica até 2035;
- Compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A incorporação destes compromissos é operacionalizada através de:

- Planos de ação específicos para cada área;
- Atribuição de responsabilidades às várias unidades orgânicas da APDL;
- Procedimentos internos que alinham as atividades diárias com os objetivos estratégicos e políticos;
- Monitorização de desempenho em indicadores-chave;
- Auditorias internas e externas para verificar a conformidade com políticas e compromissos, como por exemplo as auditorias realizadas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma ISO 9001:2015;

- Ações de formação e sensibilização dirigidos aos colaboradores sobre temas como por exemplo ética, segurança e saúde no trabalho, segurança das operações em áreas como manobra de navios e pilotagem, operação de rebocadores portuários e de lanchas de pilotos. Sempre que necessário, são também realizadas ações de formação e de sensibilização que abrangem alguns stakeholders externos de modo atingir os objetivos preconizados nas políticas da empresa;
- Protocolos com stakeholders.
- A APDL promove a extensão dos seus compromissos de política aos fornecedores e parceiros comerciais, através de por exemplo:
 - Cláusulas contratuais alinhadas com princípios de sustentabilidade, conduta ética, e conformidade legal;
 - Critérios de seleção e avaliação de fornecedores que consideram por exemplo aspetos ambientais;
 - Carta de Princípios para Concessionários;
 - Código de Ética e Conduta;
 - Código de Conduta dos Fornecedores.

A Direção de Desenvolvimento e Sustentabilidade, em estreita articulação com a Direção de Estudos e Planeamento, coordena a integração e monitorização dos compromissos assumidos, assegurando o reporte anual dos progressos à Administração.

A APDL compromete-se a atualizar regularmente os seus documentos de política, ajustando-os à evolução da legislação, das boas práticas internacionais e das expectativas dos seus stakeholders.

2-25 Processos para reparar impactes negativos

Decorrente da atividade da APDL, podem ocorrer impactes negativos ambientais, sociais e económicos. Por isso, a organização adotou processos estruturados para identificar, avaliar e reparar eventuais impactes adversos que possam surgir, garantindo uma atuação responsável e transparente.

Para a identificação e avaliação de impactes, a APDL utiliza vários mecanismos, tais como a monitorização de indicadores-chave, a análise de reclamações recebidas,

relatórios de acompanhamento, auditorias internas e externas, a auscultação frequente dos vários stakeholders e a avaliação anual do Plano de prevenção e mitigação de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas.

Para a mitigação e reparação dos impactes negativos identificados são definidos planos de ações e medidas corretivas, desenvolvidos em resposta aos impactes identificados, com prazos e responsáveis definidos para a sua implementação.

Com objetivo de evitar acidentes que, para além das consequências em termos de saúde dos trabalhadores, podem gerar impactes ambientais, sociais e económicos negativos, a APDL organiza com regularidade simulacros em que envolve, muitas das vezes, stakeholders externos assim como prestadores de serviço da APDL e participa também em exercícios de outros stakeholders. São ainda promovidas ações de sensibilização com o objetivo de promover a segurança das operações.

2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações

A APDL disponibiliza canais formais para a apresentação de preocupações, denúncias ou sugestões, incluindo o Livro de Reclamações, o Canal de Denúncias acessível online, e contactos institucionais para comunicação direta. Estes mecanismos garantem confidencialidade e são acessíveis a trabalhadores, fornecedores e demais partes interessadas.

2-27 Conformidade com leis e regulamentos

Durante o período de relato, não foram registados casos significativos de não conformidade com leis ou regulamentos aplicáveis às atividades da APDL. A organização atua em conformidade com a legislação nacional, regulamentos portuários e ambientais, e mantém mecanismos internos de controlo e auditoria para garantir o cumprimento normativo.

2-28 Participação em associações

A APDL participa ativamente em diversas associações e fóruns como por exemplo do setor marítimo-portuário, como a Associação dos Portos de Portugal (APP) e a ESPO - *European Sea Ports Organisation* e a PIANC - *The World Association for Waterborne Transport Infrastructure*; Conselho de Navegabilidade do Douro, entre outras. Esta participação visa promover o intercâmbio de boas práticas, a representação institucional e o alinhamento com políticas europeias e nacionais de desenvolvimento sustentável.

2-29 Abordagem para envolvimento de stakeholders

A abordagem da APDL para o envolvimento com stakeholders baseia-se na transparência, diálogo contínuo e escuta ativa. São realizadas reuniões com comunidades locais, operadores portuários, autoridades públicas e outros parceiros estratégicos. O envolvimento é estruturado com base na relevância e impacte das atividades da organização sobre cada grupo.

201 - Desempenho económico

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

Em 2022, o valor económico direto gerado pela APDL foi de 57.570 M€, representando um aumento face a 2021 (Tabela 2). Regista-se uma variação significativa nos pagamentos ao governo entre os períodos analisados. O valor económico retido foi calculado apenas em 2022 (10.201 M€), de acordo com as atuais normas GRI.

Tabela 2. Valor económico direto gerado e distribuído

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído (M€)	2021	2022
Receitas	52 619,28	57 570,00
Custos operacionais	-	21 483,00
Salários	15 927,59	16 373,00
Benefícios de empregados	434,1	102,00
Pagamentos a provedores de capital	0	862,00
Pagamentos ao governo	20,62	8 425,00
Investimentos na comunidade	179,64	124,00
Valor económico retido: "valor económico direto gerado" menos "valor económico distribuído"	-	10 201,00

201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas

Foram identificados como **riscos a nível da adaptação às alterações climáticas**, danos em infraestruturas devido a fenómenos extremos (inundações, ventos fortes, subida do nível do mar), perda de negócio na Via Navegável do Douro por secas ou cheias, desafios na gestão dos caudais e aumento do consumo energético em períodos de temperaturas extremas.

Relativamente a **riscos relacionados com a energia**, identificou-se o aumento das taxas de carbono com impacto nos custos de combustíveis e eletricidade.

No âmbito da **mitigação às alterações climáticas**, foram identificadas como **oportunidades** a eletrificação das operações portuárias e frotas, fornecimento de energia elétrica aos navios (através da tecnologia *Onshore Power Supply*), uso de combustíveis verdes, participação em projetos de descarbonização e de energias renováveis (solar, eólica, ondas). A nível tecnológico, a digitalização das operações (sensorização, IoT, IA, Digital Twin), a monitorização inteligente dos consumos, a otimização do tráfego portuário (ex. APP Rodovia), e a promoção do transporte multimodal, também foram identificadas como oportunidades para a mitigação.

201-4 Apoio financeiro recebido do governo

Tabela 3. Apoio financeiro recebido do governo

201-4 Apoio financeiro recebido do governo (M€)	2021	2022
benefícios e créditos fiscais	-	422,00
subsídios	-	18 128,00
total	868,70	18 550,00

Em 2022, o apoio financeiro recebido pelo governo registou um aumento muito significativo face a 2021, passando de 868,70 M€ para 18.550 M€ (Tabela 3). Em 2022, foi possível discriminar o apoio financeiro recebido, tal como indicado pelas atuais normas GRI.

207 - Tributos

207-1 Abordagem tributária

A APDL desenvolve uma estratégia fiscal estruturada que assegura o cumprimento rigoroso da legislação tributária portuguesa e a otimização eficiente dos seus recursos financeiros. A empresa está enquadrada no regime de contabilidade organizada, conforme exigido para sociedades anónimas, com reporte fiscal transparente e cumprimento integral das obrigações fiscais, incluindo IRC, IVA, retenções na fonte, e contribuições para a Segurança Social.

Destacam-se como objetivos fiscais da nossa estratégia fiscal:

- Garantir a conformidade total com o quadro legal e regulatório nacional, assegurando a transparência e fiabilidade das informações fiscais apresentadas;
- Otimizar a carga fiscal mediante o aproveitamento de incentivos fiscais específicos para o setor dos transportes e para entidades públicas;
- Minimizar riscos fiscais através da monitorização constante da legislação e da implementação de práticas de controlo interno eficazes;
- Assegurar a sustentabilidade financeira, promovendo uma gestão fiscal responsável e alinhada com os objetivos públicos e sociais da empresa.

Das nossas principais áreas de atuação, salientamos:

- Gestão rigorosa das obrigações fiscais e contabilísticas, incluindo a entrega atempada das declarações periódicas (IRC, IVA, IES, entre outras);
- Aproveitamento de incentivos e benefícios fiscais públicos;
- Correta classificação das despesas e receitas, bem como a otimização da estrutura de custos para maximizar deduções legais;
- Controlo interno e auditoria fiscal, assegurando a deteção precoce de potenciais riscos e a melhoria contínua dos processos fiscais;
- Formação e atualização contínua dos departamentos financeiros e fiscais face a alterações legislativas e regulamentares.

A APDL mantém uma relação transparente e pró-ativa com a Autoridade Tributária, garantindo o cumprimento das exi-

gências legais e colaborando nos processos de fiscalização. A estratégia fiscal está alinhada com a estratégia do negócio e de desenvolvimento sustentável da empresa, contribuindo para a criação de valor a longo prazo de forma ética e transparente.

A APDL reconhece o pagamento de tributos/impostos como uma contribuição legítima para o desenvolvimento económico e social das comunidades onde atua, promovendo uma atuação fiscal responsável e compatível com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente no que se refere à justiça económica, ao financiamento de serviços públicos e à redução das desigualdades.

A política fiscal da APDL está integrada de forma transversal em todas as áreas operacionais e de apoio.

207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal

A abordagem da empresa aos riscos fiscais baseia-se numa estratégia de gestão de riscos integrada, que contempla a identificação, avaliação, mitigação e monitorização contínua de potenciais riscos de natureza fiscal. Esta abordagem visa proteger a empresa contra eventuais penalizações, prejuízos financeiros e impactes reputacionais, assegurando conformidade total com a legislação fiscal em vigor.

A identificação dos riscos fiscais é realizada através de:

- Análise contínua da legislação fiscal e regulamentar, acompanhando alterações normativas que possam afetar o setor dos transportes e a atividade pública da empresa;
- Revisão periódica dos processos internos, nomeadamente no tratamento contabilístico e fiscal das operações, com destaque para transações complexas, investimentos e contratos públicos;
- Avaliação de relatórios de auditoria externa;
- Monitorização de notificações e interações com a Autoridade Tributária, incluindo eventuais pedidos de esclarecimento ou fiscalizações em curso.

Para gerir eficazmente os riscos identificados, encontram-se implementadas medidas, tais como:

- Apoio Externo Especializado: colaboração regular com consultores fiscais e advogados especializados para análise de situações complexas e interpretação da legislação fiscal;
- Controlo e Validação: implementação de mecanismos internos de controlo que garantem a conformidade das declarações fiscais e a correta contabilização das operações;
- Formação e Capacitação: investimento contínuo na formação dos colaboradores das áreas financeira, contabilística e jurídica, para manter elevados padrões de conhecimento fiscal.

A monitorização dos riscos fiscais é assegurada por:

- Utilização de ferramentas tecnológicas, incluindo software de gestão fiscal e alertas de conformidade, que permitem acompanhar prazos, mudanças legislativas e identificar potenciais desvios em tempo útil;
- Comunicação e reporte transparente com os órgãos de supervisão e entidades públicas relevantes, alinhando a gestão dos riscos fiscais com os princípios da boa governação pública.

A APDL adota um processo estruturado e transparente para a verificação da informação fiscal divulgada publicamente, incluindo conteúdos incluídos em relatórios financeiros, declarações fiscais, e outros reportes. Este processo visa assegurar que todos os dados fiscais apresentados são completos, fiáveis, coerentes e em conformidade com a legislação fiscal vigente, bem como com os princípios de boa governação e transparência corporativa.

A informação fiscal divulgada é inicialmente preparada pelas equipas técnicas da Direção Financeira, seguindo normas contabilísticas aplicáveis (como o SNC ou IFRS) e os requisitos legais e regulatórios nacionais. Os conteúdos fiscais constantes nos Relatórios Financeiros Anuais e Trimestrais são sujeitos a verificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Conselho Fiscal.

207-3 Envolvimento dos stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos

A APDL dispõe de mecanismos formais e acessíveis para a apresentação de preocupações ou denúncias relacionadas com a conduta empresarial, ética e integridade, incluindo matérias fiscais. Estes mecanismos fazem parte do compromisso da empresa com uma cultura de transparência, responsabilidade e conformidade com a legislação fiscal e os princípios éticos.

Foi assim criado o “Dossier Empresarial”, que integra o Código de Ética e de Conduta, o Código de Conduta para Tratamento de Dados Pessoais, o Regulamento de Comunicação de Irregularidades e o Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta da APDL.

Entre os principais canais disponíveis, destacam-se:

- Canal de Denúncias (Whistleblowing Channel): APDL Canal de denúncias - Plataforma confidencial e segura, disponível para colaboradores, parceiros, fornecedores e outros stakeholders, através da qual podem ser reportadas, de forma anónima ou identificada, preocupações relacionadas com comportamentos inadequados, irregularidades fiscais, práticas evasivas ou qualquer violação do Código de Conduta, da Política Fiscal ou da legislação aplicável.
- Comissão de Ética: Ética Empresarial
- Proteção ao Denunciante (Whistleblower) - a empresa garante que nenhum denunciante será sujeito a represálias em virtude de ter reportado, de boa-fé, qualquer preocupação legítima, incluindo práticas de evasão ou irregularidades tributárias.
- Campanhas de Sensibilização e Formação - promove ações regulares de formação e comunicação interna para reforçar a importância da ética, da conformidade fiscal e do uso adequado dos canais de denúncia, incentivando uma postura ativa na prevenção e combate a práticas ilícitas ou contrárias aos valores da empresa.

Os canais de comunicação e os procedimentos associados estão disponíveis de forma pública e interna, através do website, intranet, código de conduta e manuais de políticas internas. A empresa promove sessões de sensibilização e formação para garantir que todos os colaboradores e partes interessadas conhecem os seus direitos e os mecanismos disponíveis.

302 - Energia

Em 2022 foi melhorada a forma de recolha de dados ao nível da energia relativamente aos anos anteriores, expurgando-se alguns consumos pertencentes a outras entidades que exercem atividades no interior da área de jurisdição da APDL. Desta forma, neste relatório não é realizada a comparação com os valores de consumos de energia de 2021, bem como todos os requisitos GRI relacionados com os consumos de energia, tal como:

- 302-3 Intensidade energética
- 305-1 Emissões diretas (scope 1) de gases de efeito estufa (GEE)
- 305-2 Emissões indiretas (scope 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
- 305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
- 305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas

Neste contexto também não serão reportados os requisitos GRI 302-4 Redução do consumo de energia e 305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Em 2022, a APDL teve um consumo total de 91.468 GJ de energia, em que a energia não renovável corresponde a 72% do consumo energético total. O principal consumidor de energia é o Porto de Leixões, seguido de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro (Figura 11).

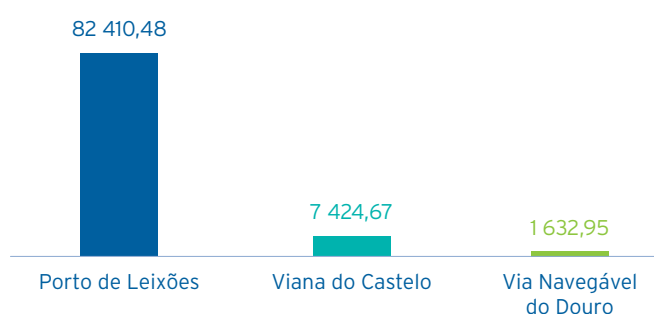


Figura 11. Consumo energético total dentro da organização



Tabela 4. Consumo de energia dentro da organização de fontes não renováveis

302-1 Consumo de energia dentro da organização	2022		
Consumo total e tipo de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes não renováveis (GJ)	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro
Direta			
Gasóleo	1 571,83	172,34	308,76
Gasóleo colorido	14 215,33	235,39	610,85
Gasolina	1 020,47	65,11	
Gás botija (GPL)		4,83	
Gás natural	1 560,17		
Indireta			
Eletricidade	41 486,42	4 500,22	462,10
Total	59 854,23	4 977,89	1 381,71

Tabela 5. Consumo de energia dentro da organização de fontes renováveis

302-1 Consumo de energia dentro da organização	2022		
Consumo total e tipo de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes renováveis (GJ)	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro
Indireta			
Eletricidade	22 556,26	2 446,78	251,24
Total	22 556,26	2 446,78	251,24



302-3 Intensidade energética

Tabela 6. Consumo de energia dentro da organização de fontes não renováveis

	2022			
302-3 Intensidade energética	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro	Total
Por tonelada carga movimentada	0,006	0,018		0,024
Por passageiro transportado			0,001	0,001

Em 2022, registou-se uma diminuição da intensidade energética (Tabela 6), visto ter ocorrido menor consumo de energia. A intensidade energética da APDL foi calculada

da com base na atividade operacional (toneladas de carga movimentada e passageiros transportados) dividida pelo consumo total de energia.

303 - Água e efluentes

303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado

A APDL reconhece a água como um recurso partilhado, essencial para as suas operações portuárias e para os diversos stakeholders, incluindo navios, concessionários e a comunidade local. Toda a água consumida pela APDL é proveniente da rede pública, sendo promovida a utilização responsável através de um guia de boas práticas, campanhas internas de sensibilização e monitorização do consumo por sistemas de telemetria.

A gestão da água e dos efluentes nas diferentes unidades de negócio da APDL é realizada de acordo com planos específicos, alinhados com a legislação nacional e europeia, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9 dezembro (que veio substituir o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho) e a Convenção MARPOL, conforme demonstrado nos "Planos de Recção e Gestão de Resíduos" da APDL.

O envolvimento dos stakeholders é promovido através de comunicação regular, formação, simulacros e implementação de medidas preventivas junto dos concessionários. A APDL identifica e gere **impactes negativos reais** associados à gestão da água, sobretudo decorrentes das operações portuárias e da interação com navios e concessionários, tais como:

- Poluição hídrica por substâncias perigosas, como derrames de hidrocarbonetos e metais pesados, resultantes de atividades de abastecimento, oficinas, movimentação de cargas.
- Poluição hídrica por efluentes domésticos provenientes de fontes externas.
- Incidentes operacionais, como a queda de cargas à água, que podem comprometer o ecossistema marinho.

Em termos de **impactes positivos reais**, a APDL tem implementado diversas medidas que contribuem positivamente para a gestão sustentável da água, nomeadamente:

- Prevenção da eutrofização, através de práticas que evitam a acumulação excessiva de nutrientes nos meios aquáticos.

- Sistema de recolha de resíduos a navios em permanência nas três unidades de negócio (Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro). Além da recolha de resíduos sólidos, a APDL disponibiliza também o serviço de recolha de água sanitárias aos navios.
- Redução da poluição hídrica por hidrocarbonetos, com investimento em equipamentos, formação de equipas especializadas, realização de simulacros e aplicação do princípio do poluidor-pagador.
- Otimização do consumo de água, com recurso a sistemas de telemetria, rega automatizada, torneiras temporizadas e controlo da qualidade da água.

A APDL identifica riscos relacionados com descargas de efluentes domésticos provenientes da cidade, que chegam quer ao Porto de Leixões quer à VND através de águas superficiais e pluviais. Estes efluentes, embora não sejam da responsabilidade direta da APDL, podem gerar custos associados à realização de estudos técnicos e impactar negativamente a perceção pública.

303-2 Gestão de impactes relacionados à rejeição de água

A APDL implementa procedimentos rigorosos para a gestão dos efluentes líquidos e águas residuais gerados nas suas diferentes unidades de negócio, em conformidade com a legislação nacional e europeia aplicável.

No **Porto de Leixões**, as águas residuais provenientes de navios (águas sanitárias, águas de porão, lamas oleosas) são recolhidas por operadores licenciados, utilizando batelão próprio ou autotanques, e encaminhadas para tratamento em instalações autorizadas, como estações de tratamento de águas residuais (ETAR) ou unidades de reciclagem de hidrocarbonetos. A recolha é solicitada via plataforma eletrónica (JUP), sendo obrigatório o registo e a emissão de certificados relativos a todas as recolhas de resíduos.

As águas residuais geradas nas instalações portuárias são igualmente encaminhadas para tratamento adequado, em articulação com os sistemas municipais.

No **Porto de Viana do Castelo**, os resíduos líquidos e águas residuais gerados por navios são recolhidos por empresas certificadas, após notificação à autoridade portuária, e encaminhados para tratamento em sistemas municipais ou operadores licenciados.

Na **Via Navegável do Douro**, a APDL assegura a existência de meios portuários para a receção de águas residuais e outros efluentes provenientes das embarcações, promovendo a sua recolha e encaminhamento para tratamento adequado, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9 de dezembro. O regime tarifário incentiva a entrega de águas residuais em terra, desincentivando descargas no meio hídrico. Com o intuito de aumentar a capacidade de recolha de águas sanitárias às embarcações e reduzir o número de transportes por camião-cisterna para destino final adequado destes efluentes, em 2022 a APDL instalou dois tanques para a armazenagem deste tipo de efluente no cais de Lamego.

Em todas as unidades, é proibida a descarga direta de águas residuais ou outros efluentes para o meio hídrico ou sistemas de drenagem pluvial. A recolha, transporte e destino final dos efluentes são realizados por operadores licenciados, garantindo a rastreabilidade e o cumprimento da legislação ambiental.

A APDL promove a monitorização contínua e a melhoria dos procedimentos, assegurando a proteção do meio aquático e o cumprimento das obrigações legais. Nas operações de gestão dos resíduos é dada preferência a soluções de valorização dos mesmos.

303-5 Consumo de água

Tabela 7. Consumo de água por unidade de negócio

2022				
303-5 Consumo de água (megalitros)	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro	Total
	11,43	12,29	3,47	27,19

Atendendo a que em 2021 foram somados ao total a água vendida a terceiros, enquanto em 2022 se considera apenas o que é consumido diretamente pela APDL, tal como indicado pelas normas GRI, não é realizada a comparação dos consumos nos dois anos (Tabela 7).

306-3 Derrames significativos ¹

Em 2022, foram registados no total 9 derrames, 5 dos quais no Porto de Leixões e 4 na Via Navegável do Douro.

¹ O relato do conteúdo 306-3 "Derrames significativos" foi relatado no âmbito do capítulo GRI 303: Águas e Efluentes 2018 pois considera-se que se adequa melhor ao seu conteúdo.

304 - Biodiversidade

As áreas sob jurisdição da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) integram-se em ecossistemas costeiros, estuarinos e fluviais de elevada importância ecológica, desempenhando um papel essencial na manutenção da biodiversidade regional. Estas zonas abrangem o Porto de Leixões, o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro, que se inserem em contextos ambientais distintos, mas interligados por dinâmicas ecológicas, hidrológicas e sedimentares que suportam uma elevada diversidade de habitats e espécies.

Os ecossistemas presentes incluem zonas estuarinas, margens ripícolas, sapais e áreas costeiras artificializadas, que, apesar da influência das atividades portuárias e de navegação, continuam a constituir refúgios importantes para comunidades de fauna e flora.

A APDL reconhece a importância estratégica da biodiversidade como um elemento fundamental para a sustentabilidade ambiental das suas operações portuárias e logísticas pelo que em 2022 manteve as ações já implementadas em anos anteriores, nomeadamente:

- i. Implementação de um plano de monitorização ambiental
- ii. Atuação na prevenção através por exemplo do envolvimento de stakeholders;
- iii. Acompanhamento e fiscalização das atividades portuárias dos concessionários;
- iv. Disponibilização em permanência de um sistema de recolha de resíduos sólidos e líquidos aos navios em todas as unidades de negócio;
- v. Existência de equipamentos e equipas formadas para a resposta à emergência.

Para além disso, no âmbito da obra do prolongamento do quebra-mar do porto de Leixões, foram colocados alguns tetrápodes com tecnologia EConcrete que favorecem a fixação e desenvolvimento de espécies na superfície do betão dos tetrápodes, incrementando assim a biodiversidade marinha.

304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental

As áreas de negócio da APDL têm as seguintes características:

Porto de Leixões

O Porto de Leixões está localizado no município de Matosinhos, entre as zonas urbanas de Leça da Palmeira, a norte, e Matosinhos a sul. Inserido numa área fortemente urbanizada, o porto desenvolve-se no estuário do rio Leça, numa zona artificializada que compreende cerca de 120 hectares de área molhada, 5 quilómetros de cais e 55 hectares de terraplenos. As atividades portuárias decorrem de forma contínua, 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano.

A área de jurisdição do Porto de Leixões (Figura 12) estende-se para além da zona portuária, abrangendo a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica, na Praia de Lavadores, até ao paralelo do Farol da Boa Nova, a norte do porto. Inclui ainda todo o estuário do rio Douro, desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à sua foz, bem como a Plataforma Logística do Porto de Leixões, também situada no concelho de Matosinhos.



Figura 12. Área de jurisdição do Porto de Leixões

Na zona de Leça da Palmeira, sob gestão da APDL, desenvolvem-se operações portuárias de elevada complexidade e importância estratégica, incluindo a movimentação de carga geral e contentorizada, operações de embarque e desembarque de passageiros em cruzeiros, apoio técnico e logístico a embarcações, bem como atividades relacionadas com manutenção e abastecimento.

No contexto da estratégia nacional para o setor portuário, o Porto de Leixões adotou um modelo de gestão que privilegia a concessão de operações a entidades privadas, promovendo maior eficiência e especialização na movimentação de mercadorias e serviços. Esta abordagem resultou na delegação da maioria das atividades operacionais a concessionários que, atualmente, asseguram o funcionamento de diversas infraestruturas críticas. Entre estas encontram-se o Terminal de Carga Geral e Granéis, o Terminal de Contentores, o Terminal Petrolífero, os terminais dedicados ao manuseamento de cimentos e asfaltos, os Silos Portuários, o Porto de Pesca e a Doca de Recreio.

Dentro desta área de jurisdição, destaca-se a presença da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (Regulamento n.º 415/2018, de 10 de julho), Figura 13, localizada na margem sul do rio Douro, no concelho de Vila Nova de Gaia. Esta reserva integra uma frente costeira, uma restinga dunar e uma zona de sapal, constituindo um habitat essencial para o repouso de diversas espécies de aves migratórias. Adicionalmente, toda a faixa litoral sob jurisdição do Porto de Leixões está incluída na zona L2 - Litoral Matosinhos, designada para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico, nomeadamente para a produção de moluscos e bivalves.



Figura 13. Reserva Natural Local do Estuário Douro

Porto de Viana do Castelo

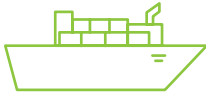


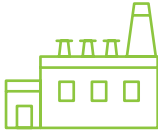
A área sob jurisdição do Porto de Viana do Castelo (Figura 14) estende-se ao longo das margens do rio Lima, abrangendo diversas infraestruturas e zonas de interesse estratégico e ambiental. Na margem norte, inicia-se junto à doca de recreio localizada a montante, próxima do Parque da Cidade, e prolonga-se até ao espelho de água contíguo à marina. A delimitação segue pela frente ribeirinha até à antiga doca comercial, incluindo os armazéns da doca de marés, e continua pelo perímetro exterior dos estaleiros navais até ao Parque Empresarial da Praia Norte. A partir daí, acompanha a Avenida do Atlântico até ao início do molhe norte, estendendo-se ao longo do seu alinhamento até ao farol. Na margem sul, a jurisdição começa na Ponte Eiffel e acompanha a Estrada Nacional 13-5 (Avenida do Cabedelo), até à Praia do Cabedelo, cerca de 50 metros a sul do molhe sul. O estuário do rio Lima, embora profundamente alterado pela atividade humana, mantém relevância ecológica e funcional.



Figura 14. Área de jurisdição do Porto de Viana do Castelo

As valências que constituem o Porto de Viana do Castelo estão descritas na Tabela 8.

Tabela 8. Valências do Porto de Viana do Castelo

			
Porto Comercial	Porto de Pesca	Porto de Recreio	Porto Industrial
<ul style="list-style-type: none"> • Localizado na margem esquerda do rio Lima • Tem 487 m de cais e 16 ha de terraplenos para movimentação de carga • Terminal Roll-On/Roll-Off • Terminal de Asfalto (concessionado) • Terminais de Cimento (concessionados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Na margem norte do rio Lima, junto à Foz • Área molhada de 8.300 m² • Concessionado 	<ul style="list-style-type: none"> • Na margem direita do rio Lima • 2 docas • 163 postos de amarração • 25.000 m² de área 	<ul style="list-style-type: none"> • Estaleiros Navais de Viana do Castelo, concessionados e com área de implantação de 250.000 m² • Indústria do ramo da Energia Eólica detida pela ENERCON

Do ponto de vista da conservação da natureza, esta área integra duas zonas classificadas da Rede Natura 2000: a Zona Especial de Conservação (ZEC) Litoral Norte e a ZEC Rio Lima (Figura 15), que visam proteger habitats e espécies de interesse comunitário. Além disso, a faixa costeira sob jurisdição do porto está inserida na zona L1 - Litoral Viana, destinada à proteção e valorização de espécies aquáticas com valor económico, nomeadamente moluscos e bivalves.



Figura 15. Localização das ZEC na área de Porto de Viana do Castelo

Via Navegável do Douro

Situada no norte de Portugal, a Via Navegável do Douro (VND) (Figura 16) desenvolve-se ao longo de 208 quilómetros entre a foz do rio Douro, no Porto, e Barca D'Alva, junto à fronteira com Espanha, atravessando 23 municípios ribeirinhos. Esta infraestrutura fluvial é a única via navegável nacional integrada na Rede Transeuropeia de Transportes, assumindo um papel estratégico na conectividade regional e transfronteiriça.



Figura 16. Área de jurisdição da Via Navegável do Douro

A VND é utilizada de forma multifuncional, combinando atividades de transporte de mercadorias, com destaque para os portos fluviais de Sardoura e da Várzea do Douro, com usos turísticos, recreativos e desportivos. A vertente marítimo-turística é atualmente a mais expressiva, beneficiando da paisagem única do Douro e da proximidade a

áreas de elevado valor natural e cultural, como o Douro Vinhateiro, reconhecido pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera “Meseta Ibérica”.

A área de jurisdição da APDL na VND inclui zonas de elevado interesse ecológico e está parcialmente inserida em áreas protegidas e classificadas. Destacam-se:

- **Parque Natural do Douro Internacional (Figura 17)**, criado pelo Decreto-Regulamentar n.º 8/98, de 11 de maio, que cobre o troço do rio Douro que serve de fronteira entre Portugal e Espanha. Esta área é essencial para a conservação da avifauna e integra a **Zona Especial de Conservação (ZEC) Douro Internacional**, conforme a Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, e a **Zona de Proteção Especial (ZPE) Douro Internacional e Vale do Águeda**, criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, no âmbito da Diretiva Aves.
- **Parque Natural da Serra do Alvão (Figura 18)**, cuja ZEC Alvão/Marão, também integrada na Rede Natura 2000, foi estabelecida pela mesma Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97. Um dos seus limites encontra-se no concelho de Peso da Régua, junto ao rio Douro.
- **ZEC do rio Paiva (Figura 19)**, que abrange a zona de confluência entre o rio Paiva e o Douro, também incluída na Rede Natura 2000.
- **Reserva Natural Local do Estuário do Douro**, situada na margem sul do estuário, que constitui um importante habitat para aves migratórias e espécies aquáticas.



Figura 17. Localização do Parque Natural do Douro Internacional



Figura 18. Localização do ZEC do Alvão/Marão

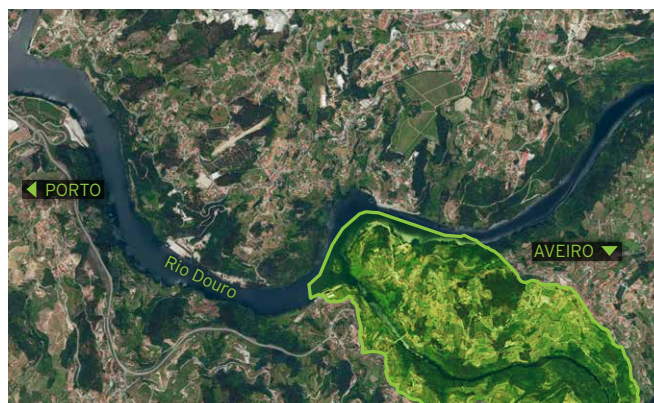


Figura 19. Localização da ZEC do Rio Paiva

304-2 Impactes significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Os potenciais impactes ambientais decorrentes das várias atividades portuárias na biodiversidade em toda a área de jurisdição da APDL são maioritariamente causados pela necessidade de manutenção de fundos para assegurar a navegação, movimentação dos navios, tráfego rodoviário, movimentação e armazenagem de mercadorias, acidentes e produção de resíduos sólidos e líquidos pela APDL e as demais entidades que desenvolvem atividades nas áreas portuárias. Todas estas atividades são suscetíveis de causar impactes negativos na flora e fauna das áreas envolventes, devido à possibilidade de poluição da água e do solo, poluição do ar, incómodo gerado pelo ruído e perda de biodiversidade devido à possibilidade de introdução de espécie exóticas no meio ambiente.

304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

As áreas sob jurisdição da APDL encontram-se inseridas em ecossistemas costeiros e fluviais que apresentam elevada biodiversidade. Estes ambientes incluem zonas estuarinas, margens ripícolas e áreas costeiras artificializadas, que funcionam como habitats para diferentes grupos de espécies. Predominam aves marinhas e estuarinas, como gaivotas e garças, que utilizam estas áreas para alimentação e repouso, bem como peixes migradores e dulciaquícolos, incluindo espécies que dependem dos estuários como zonas de reprodução e crescimento. Além disso, são comuns anfíbios e répteis associados a zonas húmidas, e mamíferos terrestres generalistas, como a raposa, que se adaptam a ambientes periurbanos. A flora é composta, por exemplo, por arbustos ripícolas, adaptados

a solos salinos e à dinâmica das marés, desempenhando um papel essencial na estabilização das margens e na manutenção da qualidade ecológica dos habitats.

A análise das espécies com ocorrência confirmada ou potencial nas áreas sob influência direta ou indireta das operações da APDL, considerando as categorias de risco da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza² evidencia a presença de espécies com estatuto de ameaça. De forma transversal às três áreas de atuação da APDL, foram identificadas três espécies criticamente ameaçadas de extinção e nove espécies ameaçadas de extinção (Figura 20), reforçando o valor ecológico destes territórios e a necessidade de uma gestão ambiental integrada e preventiva.

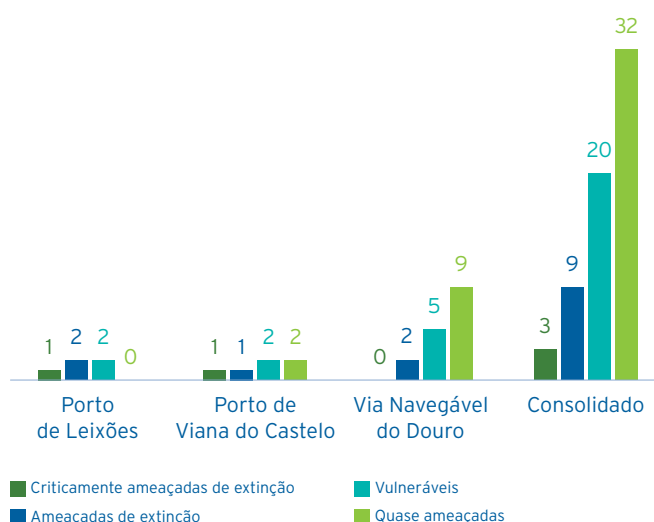


Figura 20. Espécies com estatuto de ameaça identificadas nas áreas de jurisdição da APDL

A coexistência de espécies ameaçadas e habitats de elevada sensibilidade ecológica nas áreas de jurisdição da APDL demonstra que, mesmo em contextos portuários e de navegação com forte componente infraestrutural, persistem valores naturais relevantes e funções ecológicas essenciais. Assim, a integração de práticas de gestão ambiental sustentáveis, a monitorização da biodiversidade e a promoção de medidas de mitigação e compensação ambiental são fundamentais para garantir o equilíbrio entre a atividade económica e a conservação dos ecossistemas.

² A análise das espécies segue a Lista Vermelha da IUCN, de acordo com a sua atualização de 2025.

305 - Emissões

305-1 Emissões diretas (scope 1) de gases de efeito estufa (GEE)

305-2 Emissões indiretas (scope 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia

Tabela 9. Emissões de gases com efeito de estufa por unidade de negócio

	2022			
	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro	Total
305-1 Emissões diretas (scope 1) - ton/CO ₂ eq	2 245,92	40,98	254,00	2 540,90
305-2 Emissões indiretas (scope 2) - ton/CO ₂ eq	2 810,76	304,90	31,31	3 146,97

Em 2022, a APDL emitiu 2 540,90 ton/CO₂eq de âmbito 1 (emissões diretas de fontes controladas pela empresa) e 3 146,97 ton/CO₂eq de âmbito 2 (emissões indiretas - eletricidade comprada) (Figura 21), sendo o Porto de Leixões o principal emissor (Tabela 9).

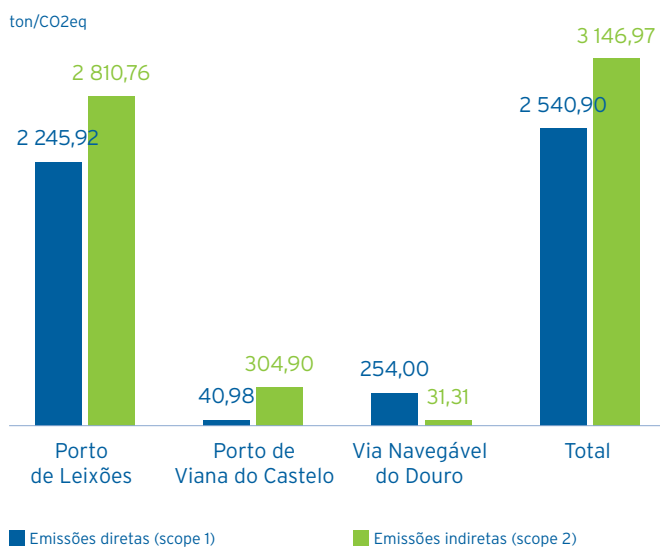


Figura 21. Emissões de GEE totais 2022

A metodologia para o cálculo das emissões de 2022 foi revista para ser realizada de acordo com o *Greenhouse Gases Emissions Protocol*. Além disso, foram consideradas as emissões fugitivas no scope 1, que não tinham sido incluídas no ano anterior. Por este motivo, não é realizada a comparação das emissões entre 2022 e 2021.

Metodologia

Para o cálculo das emissões de gases com efeito de estufa foi considerado o consumo de combustíveis na organização e as emissões fugitivas derivadas da utilização de gases fluorados em equipamentos como ar condicionado no âmbito 1, e a eletricidade comprada no âmbito 2.

Foram considerados os fatores de emissão para os principais gases com efeito de estufa - dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O). Sempre que possível, optam-se por fatores de emissão de âmbito nacional, de outro modo, utilizam-se os fornecidos pelo Greenhouse Gas Protocol e em última instância, das Diretrizes do IPCC para Inventários Nacionais de Gases com Efeito de Estufa de 2006.

Para o CO₂, os fatores de emissão foram retirados do *Greenhouse Gas Protocol* para outros países: gasóleo - "on road diesel fuel", gasolina - "motor gasoline/petrol". Para o CH₄ e N₂O, os fatores de emissão foram retirados do Protocolo GHG para "diesel industry" e "gasoline industry", à exceção do GPL (gases de petróleo liquefeito) que foi retirado do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*). No caso do gás natural, o fator de emissão utilizado para CO₂ é o disponibilizado pela APA no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Para o CH₄ e o N₂O utilizaram-se os fatores de emissão do IPCC, em particular, do Volume de Energia (abordagem "tier 1") para a categoria Comercial/Institucional.

Os valores do potencial de aquecimento global (PAG) advêm do *Greenhouse Gas Protocol* e estão alinhados com o relatório mais recente do IPCC (AR6, de 2021).

Para a eletricidade, optou-se pelo fator de emissão disponibilizado pela APA no relatório "Fator de emissão da eletricidade 2025 Portugal" para o ano de 2022.



305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Tabela 10. Intensidade das Emissões de GEE

305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	2022			
	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro	Total
Por tonelada de carga movimentada	3,39E-04	8,46E-04	-	1,18E-03
Por passageiro transportado	-	-	2,53E-04	2,53E-04

Em 2022, registou-se uma redução na intensidade das emissões de gases com efeito de estufa por unidade de carga movimentada e por passageiro transportado (Tabela 10). Contudo, devido à alteração dos critérios metodológicos utilizados, esta comparação deve ser interpretada apenas como indicativa.

305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas

Tabela 11. Emissões atmosféricas significativas

305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	2022		
	Porto Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro
Emissões NOx (kg) - óxidos de azoto	4 533,11	210,70	1,62
Emissões SOx (kg) - óxidos de enxofre	2,13	8,93	0,03
Emissões Material particulado (MP) (kg)	19,68	12,58	0,05

Em 2022, as emissões atmosféricas significativas concentraram-se sobretudo no Porto de Leixões, que registou cerca de 4,5 toneladas de óxidos de azoto (NOx), representando 95% do total das emissões atmosféricas. As emissões de material particulado (MP) foram também mais elevadas neste porto, com cerca de 19,68 kg seguido de Viana do Castelo com 12,58 kg. As emissões de óxidos de enxofre (SOx) são em geral muito baixas em todas as unidades de negócio. A Via Navegável do Douro teve um impacto praticamente nulo, representando menos de 1% do total das emissões atmosféricas da APDL neste ano (Tabela 11).

Metodologia

As emissões de NOx têm origem nos processos de combustão em que o ar é o comburente, enquanto que as emissões de SOx são frequentemente causadas pela queima de combustíveis fósseis que contêm enxofre, como carvão e óleo. As emissões de material particulado derivam da combustão de motores e do tráfego rodoviário.

Os fatores de emissão utilizados são provenientes do "Guia do inventário de emissões de poluentes atmosféricos EMEP/AEA 2023" da Agência Europeia do Ambiente. Considerando o tipo de equipamentos da APDL (veículos ligeiros, empilhador, grua, trator, embarcações), os fatores de emissão são provenientes de três setores da EEA: 1.A.3.b Road Transportation (Passenger Cars/Light-duty); 1.A.3.d.ii National navigation; 1.A.2.f.ii - Industry: Mobile sources.

Para o fator de emissão de SOx da categoria "industry: mobile sources" assumiu-se que o gasóleo tem um teor máximo de enxofre de (0,001%) 10 ppm, no âmbito da Diretiva 2009/30/CE, de 23 de Abril de 2009 e do Decreto-Lei n.º 69/2008, de 14 de abril. Por sua vez, para gasóleo marítimo, o limite é de 0,10% (1000 ppm) em zonas de controlo de emissões (ECA) e em portos da UE, conforme Anexo VI da MARPOL (Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios). Este pressuposto serviu para calcular a quantidade de enxofre existente em 1kg de combustível.

Em Viana do Castelo foi possível ter acesso aos quilómetros efetuados pelos veículos ligeiros (categoria "road transportation"), enquanto que nas restantes unidades de negócio foram utilizados fatores de emissão "tier 1".

As densidades do gasóleo e da gasolina sem chumbo 95 são disponibilizadas no site da Direção-Geral de Energia e Geologia.

306 - Resíduos

Para além dos resíduos produzidos diretamente pela atividade da APDL, a empresa também gere os resíduos decorrentes da limpeza das áreas portuárias e os resíduos recolhidos dos navios, no âmbito do Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9 de dezembro. No que diz respeito à limpeza de praias, esta passou a ser responsabilidade das autarquias em julho de 2021.

No que se refere à recolha de resíduos a navios, a APDL possui Planos de Receção e Gestão de Resíduos de Navios e Resíduos de Carga para cada um dos seus portos (Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro). Para a gestão de resíduos a APDL possui contratos com empresas de gestão de resíduos que asseguram em permanência o seu correto encaminhamento para destinos finais.

A tipologia e quantidade de resíduos geridos pela APDL pode variar bastante de ano para ano, uma vez que tanto a tipologia como a quantidade dependem sobretudo de fatores como:

- Tipo e quantidade de carga movimentada nos terraplenos;
- Tipo e número de navios que solicitam recolha de resíduos.

306-1 Produção de resíduos e impactes significativos relacionados

No que diz respeito ao ano de 2022, os impactes decorrentes estão relacionados com a gestão de resíduos nas operações portuárias. O Porto de Leixões, o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro (VND) partilham características operacionais semelhantes e os riscos associados à gestão de resíduos nestes locais são igualmente comparáveis.

Em todos estes contextos, os resíduos gerados podem provocar contaminação do solo e das águas superficiais ou subterrâneas em caso de derrames ou de deposição indevida, além da emissão de odores ou gases que podem afetar negativamente a qualidade do ar. Estes fatores podem vir a representar um risco para a saúde e segurança dos trabalhadores e das comunidades envolventes, no entanto, a boa gestão dos mesmos realizada pela APDL faz com que tal não se verifique.

A recolha e encaminhamento dos resíduos gerados pela organização é realizada por operadores licenciados para o efeito, contratados por contratação pública, os quais privilegiam soluções de valorização, sempre que tecnicamente possível. Por sua vez, é feito o acompanhamento dos destinos finais através das Guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) para garantir rastreabili-

dade e conformidade legal e das declarações anuais para os vários estabelecimentos da APDL (Mapa Integrado de Registo de Resíduos - MIRR).

306-2 Gestão de impactes significativos relacionados com resíduos

Quando feita a análise da gestão de impactes significativos relacionados com a produção de resíduos, é possível identificar uma panóplia de medidas implementadas pela APDL onde são incluídas práticas de circularidade, com o objetivo de evitar a produção de resíduos nas atividades e ao longo da cadeia de valor.

No contexto da recolha de resíduos provenientes de navios, a legislação vigente incentiva a recolha do maior número possível de resíduos gerados a bordo, como forma de prevenir a contaminação dos oceanos. Assim, quanto maior o número de navios atendidos, melhor será o desempenho ambiental. Paralelamente, tem-se investido na melhoria da identificação dos resíduos recebidos, no aumento do peso específico agregado aos mesmos e na garantia de que estes resíduos sejam sempre valorizados. Para a monitorização dos dados relacionados com resíduos, são utilizados os documentos e-GAR, MIRR e os registos de descarga de resíduos a navios. Estes processos permitem à organização acompanhar de forma eficaz os fluxos de resíduos e garantir o cumprimento dos requisitos legais e ambientais. Adicionalmente, podem ser utilizados fluxogramas de processo e dados estatísticos, como os indicadores, para ilustrar e reforçar a informação reportada.

306-3 Resíduos gerados

306-4 Resíduos destinados para operações de valorização

306-5 Resíduos destinados para operações de eliminação

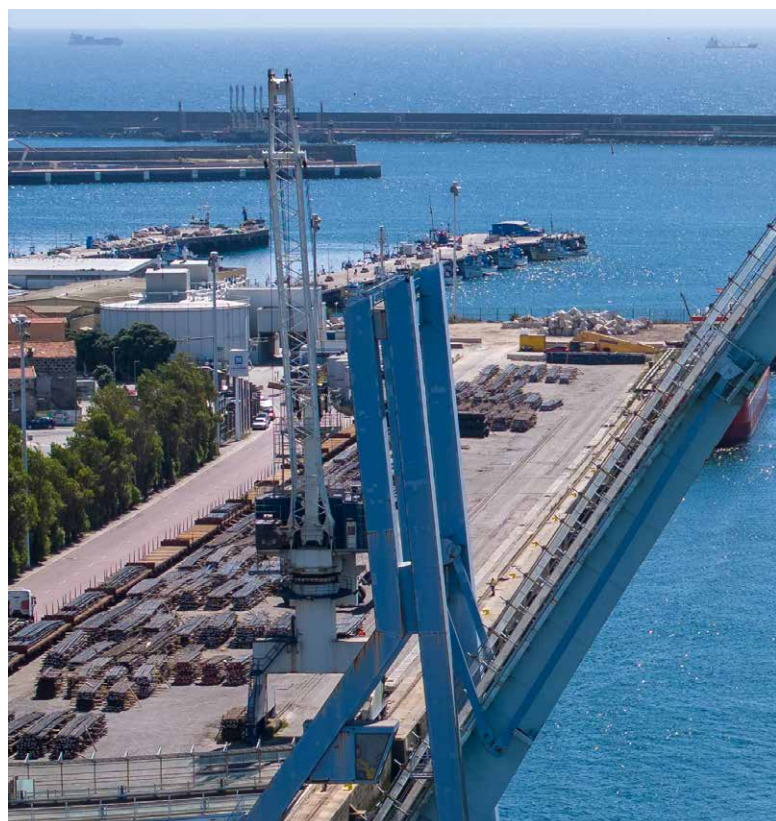
As quantidades de resíduos apresentadas em seguida resultam dos resíduos produzidos pelas atividades da APDL, da limpeza das áreas portuárias e, principalmente, dos resíduos recolhidos aos navios.

Porto de Leixões

Em 2022, foram geradas 5.008,06 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 44% correspondem a resíduos perigosos e 56% a resíduos não perigosos. A análise dos últimos três anos revela uma tendência clara: a produção de resíduos perigosos tem vindo a aumentar gradualmente, enquanto a produção de resíduos não perigosos se manteve-se semelhante (Tabela 12).

Tabela 12. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL

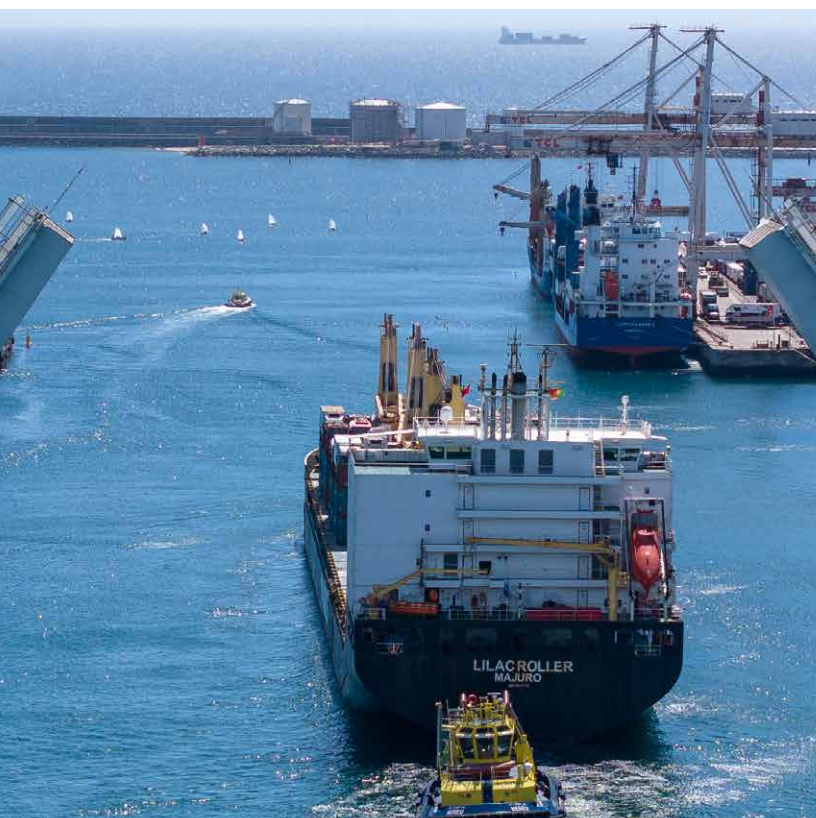
Tipo de resíduos	Quantidade de resíduos (Toneladas métricas)		
	2020	2021	2022
Resíduos perigosos	929 997	1 096,98	2 177,98
Resíduos não perigosos	3 389,80	2 281,36	2 830,07
Total	4 319,79	3 378,34	5 008,06



No que respeita ao total de resíduos perigosos, aproximadamente 60% foram devidamente valorizados através da reciclagem ou de outras opções de recuperação, nomeadamente, através de processos como refinação e outras reutilizações de óleos, transferência para operações de recuperação ou armazenamento temporário antes da valorização (códigos R9, R12 e R13) (Tabela 13).

Tabela 13. Resíduos destinados a operações de valorização

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Reutilização	–	0
	Reciclagem	R3	0,72
	Outras operações de recuperação	R9, R12, R13	1 284,84
Resíduos não perigosos	Reutilização	–	0
	Reciclagem	–	0
	Outras operações de recuperação	R12, R13	2 242,01
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	–	–	3 527,58
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	–	–	0
Total	–	–	3 527,58

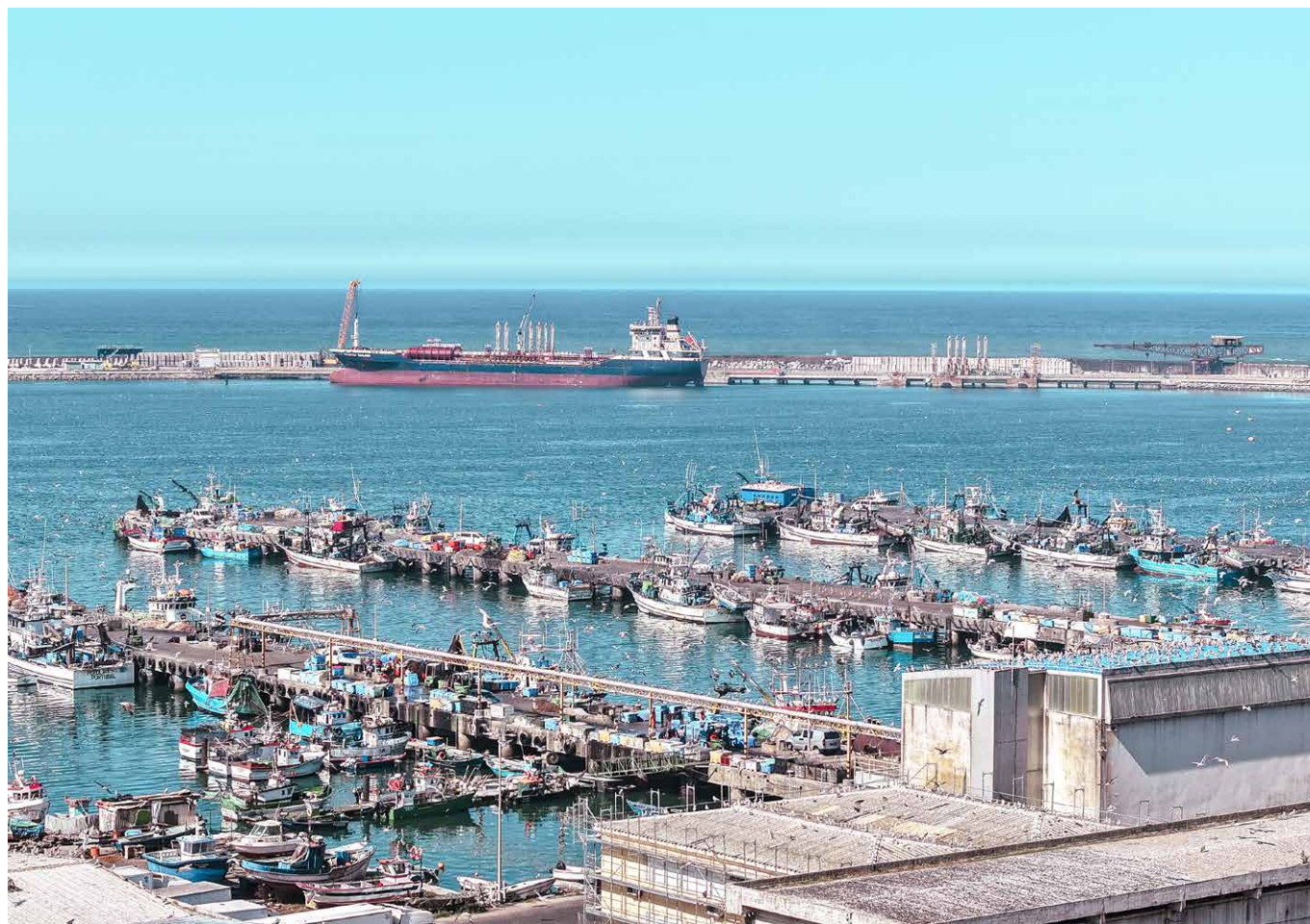


Já entre os resíduos perigosos destinados a operações de eliminação, observa-se que 40% foram sujeitos a “outras operações de eliminação”, sobretudo tratamento físico-químico (D9) e armazenamento antes da eliminação (D15). (Tabela 14)

Quando feita uma análise dos resíduos totais não perigosos geridos, verifica-se que cerca de 80% foram encaminhados para valorização, através de operações como transferência para processos de recuperação ou armazenamento temporário antes da valorização (códigos R12 e R13). Os restantes 20% tiveram como destino a eliminação, sendo que a maior parte foi direcionada para aterro sanitário. (Tabela 14)

Tabela 14. Resíduos destinados a operações de eliminação

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	–	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	–	0
	Aterro	D1	0,44
	Outras operações de disposição	D9, D15	891,97
Resíduos não perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	–	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	–	0
	Aterro	D1	588
	Outras operações de disposição	D13	0,06
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	–	–	1 480,47
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	–	–	0
Total	–	–	1 480,47



Porto de Viana do Castelo

Em 2022, o Porto de Viana do Castelo gerou 453,26 toneladas de resíduos. No caso dos resíduos perigosos, registou-se uma redução significativa face ao ano anterior, passando para cerca de 85 toneladas, comparativamente com as 123,38 toneladas produzidas em 2021. Aproximadamente 40% destes resíduos foram valorizados, enquanto os restantes 60% tiveram como destino operações de eliminação.

Tabela 15. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL

Tipo de resíduos	Quantidade de resíduos (Toneladas métricas)		
	2020	2021	2022
Resíduos perigosos	249,66	123,38	84,90
Resíduos não perigosos	227,54	96,28	368,36
Total	477,20	219,66	453,26



Tabela 16. Resíduos destinados a operações de valorização

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Reutilização	-	0
	Reciclagem	-	0
	Outras operações de recuperação	R12, R13	33,38
Resíduos não perigosos	Reutilização	-	0
	Reciclagem	-	0
	Outras operações de recuperação	R12, R13	218
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	-	-	250,90
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	-	-	0,00
Total	-	-	250,90

Relativamente aos resíduos não perigosos, que representam 81% do total gerado, destaca-se que cerca de 218 toneladas foram valorizadas através de operações específicas (R12 e R13). Contudo, mais de dois terços desta fração acabou por ser direcionada para aterro sanitário, evidenciando a necessidade de reforçar estratégias de redução e valorização.

Tabela 17. Resíduos destinados a operações de eliminação

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	–	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	–	0
	Aterro	–	0
	Outras operações de disposição	D9 + D15	51,52
Resíduos não perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	–	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	–	0
	Aterro	D1	150,84
	Outras operações de disposição	–	0
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	–	–	202,36
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	–	–	0,00
Total	–	–	202,36



Via Navegável do Douro

Na Via Navegável do Douro, onde a maioria dos resíduos provém das embarcações que utilizam os cais geridos pela APDL, observa-se um aumento gradual e significativo na quantidade de resíduos gerados nos últimos três anos (Tabela 18), com um acréscimo de 161 toneladas face a 2021.

Tabela 18. Peso total dos resíduos por perigosidade geridos pela APDL

Tipo de resíduos	Quantidade de resíduos (Toneladas métricas)		
	2020	2021	2022
Resíduos perigosos	59,53	56,14	76,23
Resíduos não perigosos	96,63	248,87	390,23
Total	156,15	305,01	466,46

Do total produzido, cerca de 16% corresponde a resíduos perigosos e 84% a resíduos não perigosos. Em 2022, aproximadamente 35% dos resíduos perigosos foram valorizados, enquanto os restantes 65% tiveram como destino operações de eliminação, sobretudo tratamento físico-químico (D9) (Tabelas 19 e 20).



Tabela 19. Resíduos destinados a operações de valorização

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Reutilização	-	0
	Reciclagem	-	0
	Outras operações de recuperação	R12	26,95
Resíduos não perigosos	Reutilização	-	0,00
	Reciclagem	-	0,00
	Outras operações de recuperação	-	0,00
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	-	-	26,95
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	-	-	0,00
Total	-	-	26,95

No caso dos resíduos não perigosos, não se registou valorização nesse ano (Tabela 19). Quase a totalidade desta fração (99%) (Tabela 20) foi encaminhada para aterro sanitário, evidenciando a necessidade de reforçar estratégias para aumentar a recuperação e reduzir a eliminação.

Tabela 20. Resíduos destinados a operações de eliminação

Indicador	Destino	Código de operação de gestão	Peso total (Toneladas Métricas)
Resíduos perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	-	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	-	0
	Aterro	-	0
	Outras operações de disposição	D9	49
Resíduos não perigosos	Incineração (com recuperação de energia)	-	0
	Incineração (sem recuperação de energia)	-	0
	Aterro	D1	388,13
	Outras operações de disposição	D15	2,10
Resíduos perigosos e não perigosos dentro da organização	-	-	439,51
Resíduos perigosos e não perigosos fora da organização	-	-	0,00
Total	-	-	439,51



308 - Avaliação ambiental de fornecedores 2016

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios

308-2 Impactes ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Em 2022, a APDL iniciou o relato da Avaliação de Fornecedores, reforçando a transparência e a gestão responsável da sua cadeia de fornecimento. 2.24

Este processo segue o procedimento interno "Avaliação de Fornecedores", que define regras claras para seleção, periodicidade e metodologia de avaliação, bem como critérios específicos para serviços e materiais. A avaliação é estruturada em sete etapas, desde a definição dos critérios até à comunicação dos resultados e implementação de ações corretivas, garantindo rigor e consistência.

Embora o processo de contratação de novos fornecedores ainda não incorpore critérios ambientais ou sociais, a APDL assegura um acompanhamento contínuo através de avaliações semestrais, que incluem aspetos de segurança e desempenho ambiental. Esta prática demonstra um compromisso com a melhoria contínua, mesmo na ausência de requisitos formais na fase de seleção.

A avaliação contínua dos fornecedores é assegurada utilizando uma escala de 1 a 100 para medir o desempenho em critérios definidos. A classificação final é apresentada na Tabela 21 e os resultados são comunicados aos respetivos fornecedores, permitindo que estes adotem ações de melhoria decorrentes da sua avaliação. Esta prática reforça a transparência e contribui para uma cadeia de valor mais sustentável e alinhada com os princípios de responsabilidade social e ambiental.

Tabela 21. Classificação final de fornecedores

Classificação final de fornecedores		
Classificação	Pontuação (%)	Tipo de fornecedor
A	de 80 a 100	Fornecedor Preferencial
B	de 70 a 79	Fornecedor Aprovado
C	de 50 a 69	Fornecedor a Desenvolver
D	<50	Fornecedor a Excluir

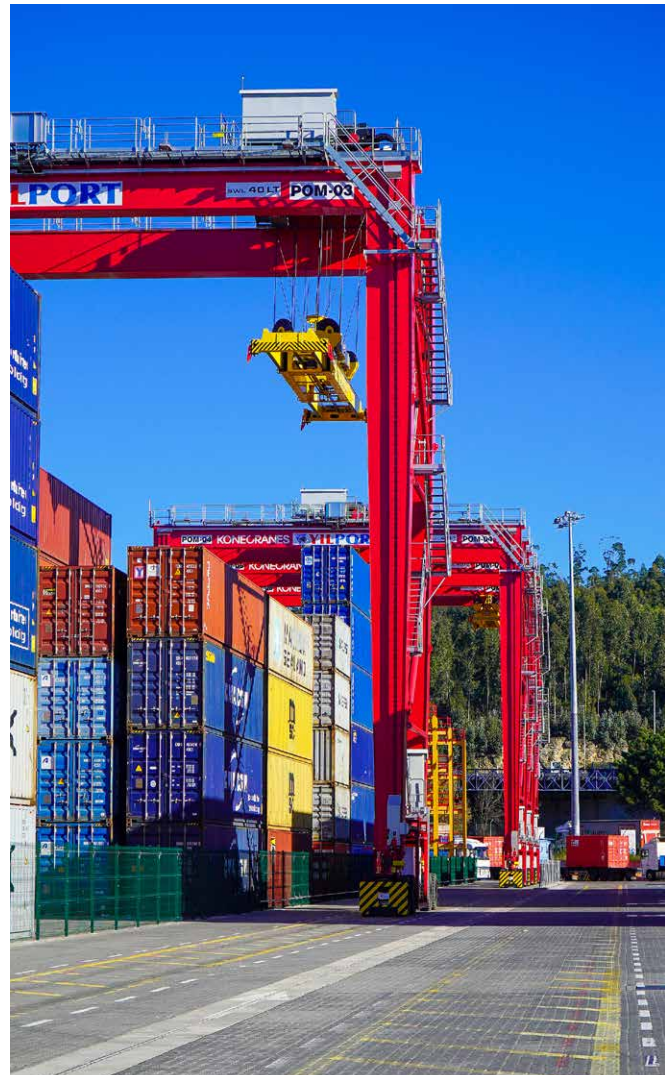
Para o âmbito deste estudo e com base no contexto empresarial de avaliação apresentado, foi considerado que os fornecedores com avaliação C ou D são aqueles que podem apresentar impactes negativos reais ou potenciais. No período analisado, foram avaliados 29 fornecedores, dos quais apenas cinco apresentaram impactes ambientais negativos reais ou potenciais. Apesar destes riscos, não houve cessação de contratos, evidenciando que as medidas corretivas aplicadas foram eficazes para mitigar impactes e manter a conformidade. Na Tabela 22 são apresentados os resultados dos indicadores que constituem este capítulo.

Tabela 22. Avaliação Ambiental de fornecedores

Requisitos GRI 2021	Indicadores	2021	2022
		Total de ocorrências/ valor consolidado	Total de ocorrências/ valor consolidado
308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	% de novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	Não ocorreu	Não ocorreu
308-2 Impactes ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados com relação aos impactes ambientais	26	29
	Número de fornecedores identificados como causadores de impactes ambientais negativos reais e potenciais	4	5
	% de fornecedores identificados como causadores de impactes ambientais negativos reais e potenciais	15%	17%
	% de fornecedores com os quais a APDL encerrou atividade por serem causadores de impactes ambientais negativos reais e potenciais	Não ocorreu	Não ocorreu

O desempenho global foi positivo: através do Indicador do Processo de Compras, a APDL monitoriza a proporção de fornecedores com classificação A ou B, tendo superado a meta semestral de 80% em ambos os períodos – 88% no primeiro semestre e 85% no segundo. Estes resultados confirmam a robustez do sistema e a capacidade da organização para gerir riscos, promover melhorias e garantir elevados padrões na sua cadeia de valor.

Quando são identificados impactes negativos reais, são realizadas diligências junto dos fornecedores, ou prestadores de serviços, no sentido de reduzir ou eliminar os impactes ambientais.



401 - Emprego

401-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios

Tabela 23. Novas contratações por faixa etária

Indicador	Faixa Etária	2021		2022	
		N	%	N	%
Novas contratações por faixa etária	<30	3	1,1	0	0
	30-50	12	4,4	7	2,6
	>50	0	0	0	0

Tabela 24. Novas contratações por género

Indicador	Género	2021		2022	
		N	%	N	%
Novas contratações por género	Feminino	3	0,2	1	0,36
	Masculino	12	0,8	6	2,2

Tabela 25. Número total de rotatividade por género e faixa etária para 2022

Indicador	Faixa Etária	Género	2022
Número total de rotatividade de colaboradores por género e faixa etária	<30	Feminino	0
	30-50		0
	>50		0
	<30	Masculino	0
	30-50		1
	>50		0

Tabela 26. Taxa total de rotatividade por faixa etária

Indicador	Faixa Etária	2021	2022
Taxa total de rotatividade de colaboradores por faixa etária (%)	<30	1,1	0
	30-50	4,7	0,4
	>50	2,5	0

Tabela 27. Taxa total de rotatividade por género

Indicador	Género	2021	2022
Taxa total de rotatividade de colaboradores por género (%)	Feminino	1,8	0
	Masculino	6,5	0,4
	>50	2,5	0

401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial

Os colaboradores em regime de tempo integral beneficiam de um conjunto de apoios exclusivos que não estão disponíveis para quem trabalha em regime temporário ou a tempo parcial. Entre estes benefícios incluem-se o subsídio de estudos, que visa apoiar a formação contí-

nua, e o prémio escolar, atribuído como incentivo ao desempenho académico.

Adicionalmente, é disponibilizado o subsídio para creches e infantários, contribuindo para a conciliação entre vida profissional e familiar. Os colaboradores têm ainda acesso a um seguro de saúde de grupo, garantindo proteção e cuidados médicos, bem como apoio específico à infância, reforçando o compromisso da organização com o bem-estar das famílias.

401-3 Licença maternidade/paternidade

Tabela 28. Indicadores relativos à licença de maternidade/paternidade por género e ano

Indicador	2021		2022	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Número total de colaboradores com direito a tirar licença maternidade/paternidade	91	178	92	183
Número total de colaboradores que tiraram licença maternidade/paternidade	3	5	0	4
Número total de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade	3	5	0	4
Número total de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade e continuaram empregadas doze meses após seu retorno ao trabalho	3	5	0	4
Taxas de retorno ao trabalho e retenção de colaboradores que tiraram licença maternidade/paternidade	100%	100%	0	100%

403 - Saúde e segurança do trabalho

403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

A APDL dispõe de um sistema documental organizado para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), de acordo com a legislação vigente e boas práticas, encontrando-se em fase de implementação um sistema de gestão de SST em conformidade com as boas práticas da norma ISO 45001.

Todos os colaboradores e prestadores de serviço se encontram abrangidos pelo sistema.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

A APDL dispõe de um procedimento de identificação de perigos e avaliação de riscos, aplicável a todas as unidades da empresa, bem como de impressos específicos para essa comunicação. A identificação dos perigos reportados pelos colaboradores permite uma abordagem preventiva, não existindo consequências negativas para os colaboradores de acordo com a legislação vigente e o sistema da APDL. Os relatos podem ser feitos através de comunicação direta ao Departamento de Saúde Ocupacional (DSO) ou através de canais formais - canal de denúncia. As denúncias são tratadas confidencialmente e há política explícita de proteção contra represálias.

A comunicação de situações perigosas é efetuada diretamente pelo colaborador aos responsáveis e à Saúde Ocupacional, que efetuam o tratamento da comunicação com o devido sigilo profissional. Os trabalhadores podem abandonar qualquer tarefa que os possa colocar em perigo grave.

A Saúde Ocupacional possui um procedimento relativo a acidentes, incidentes e acontecimentos perigosos que estabelece todo o fluxograma da comunicação, dependendo da gravidade da situação. Todas estas ocorrências são

alvo de análise por parte da SST, que as acompanha, investiga as potenciais causas materiais e humanas, e sugere medidas corretivas e preventivas a implementar.

403-3 Serviços de saúde do trabalho

O Serviço de Saúde Ocupacional conta com um médico do trabalho e uma enfermeira dedicados à componente de medicina do trabalho. São realizados todos os exames previstos legalmente – admissão, periódicos (efetuados anualmente como boa prática) e ocasionais – exames complementares, vacinação, vigilância clínica, aconselhamento e encaminhamentos. O acesso a estes serviços é garantido a todos os trabalhadores.

Em 2022, foram realizadas 275 consultas (179 homens e 96 mulheres), 1796 exames complementares e 80 inoculações (vacinação contra a gripe).

403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

São efetuadas regularmente ações informais de consulta aos trabalhadores, nomeadamente em matéria de equipamentos de trabalho, condições de trabalho e equipamentos de proteção individual. Em 2022, foram efetuadas três consultas formais a colaboradores.

403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho

A APDL disponibiliza formação periódica a todos os trabalhadores em diversas áreas de Segurança e Saúde no Trabalho

(SST), complementada por ações de informação nos postos de trabalho promovidas pela equipa de Saúde Ocupacional. Em 2022, realizaram-se 6 ações de formação, abrangendo temas como primeiros socorros, combate a incêndios, medicina do sono e atualização do Código internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias, Código ISPS, com um total de 46 participantes (18 homens e 28 mulheres). Adicionalmente, foram conduzidas ações de informação em matéria de SST, que envolveram 120 trabalhadores.

403-6 Promoção da saúde do trabalhador

A APDL disponibiliza consultas médicas com o Médico do Trabalho para todos os trabalhadores, assegurando a avaliação clínica, enquadramento e, quando necessário, encaminhamento para exames complementares ou especialistas. Paralelamente, a organização dispõe de um Centro de Saúde interno, onde são oferecidas diversas especialidades médicas.

A área de Saúde Ocupacional promove regularmente ações de prevenção e promoção da saúde, incluindo campanhas temáticas, rastreios, programas de bem-estar e iniciativas para incentivar estilos de vida saudáveis. Em 2022, foram realizadas duas ações específicas de preparação para a aposentação.

403-7 Prevenção e mitigação de impactes de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios

Na área sob jurisdição da APDL são desenvolvidas atividades diversificadas, associadas a riscos operacionais específicos, envolvendo entidades oficiais, concessionários, trabalhadores portuários, transportadores, agentes de navegação e prestadores de serviços externos (PSE).

Embora a APDL não exerça controlo direto sobre todas as atividades realizadas na sua área de jurisdição, a equipa de Saúde Ocupacional assegura visitas regulares de acompanhamento em matéria de SST.

Relativamente às operações da APDL, desde 2005 está implementado um procedimento de segurança aplicável à contratação de PSE, abrangendo todos os processos, independentemente do tipo de contratação (contrato, licença, entre outros), incluindo a respetiva cadeia de subcontratação. Este procedimento estabelece princípios orientadores para garantir que os trabalhos realizados por PSE nas instalações da APDL decorrem em condições adequadas de Segurança e Saúde.

O procedimento prevê a inclusão de requisitos contratuais específicos, relacionados com perigos e riscos das tarefas a executar, bem como medidas preventivas necessárias, documentação obrigatória, habilitações e formação. Inclui ainda mecanismos de fiscalização e exigência de alinhamento com os padrões de SST da APDL.

Adicionalmente, são efetuadas avaliações pré-contrato e processos de qualificação em SST para fornecedores relevantes, sendo que eventuais não conformidades podem originar ações corretivas ou, em casos graves, a suspensão da contratação.



403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

Tabela 29. Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho da APDL

Número de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema	609
% de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema	100%
Número de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente	609
% de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente	100%

Em 2022, todos os 609 trabalhadores não empregados diretamente pela APDL, mas cujo trabalho ou local é controlado pela organização, estão cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Este sistema foi auditado internamente, garantindo uma cobertura de 100% (Tabela 29).

403-9 Acidentes de trabalho

Tabela 30. Indicadores relativos a acidentes de trabalho

Para todas as pessoas empregadas	2022
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória 1)	6,6
Principais tipos de acidente de trabalho	Dos seis acidentes ocorridos em 2022, todos se registraram no trabalho (zero in itinere). Registaram-se ainda 2 ocorrências descaracterizadas e 3 incidentes.
Número de horas trabalhadas	454 388,51
Para todos os trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização	2022
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória 1)	13
Principais tipos de acidente de trabalho	Acidentes de trabalho na instalação
Número de horas trabalhadas	-

1) O índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória é feito por 1,000,000 de horas trabalhadas.

Em 2022, não se registaram óbitos nem acidentes com consequências graves entre os empregados da APDL ou trabalhadores cujo local de trabalho é controlado pela organização. Entre os empregados, ocorreram 6 acidentes de trabalho de comunicação obrigatória, além de 2 ocorrências descaracterizadas e 3 incidentes. Para trabalhadores não empregados diretamente, foram reportados 13 acidentes de trabalho nas instalações, também sem consequências graves.

No que diz respeito ao total de horas trabalhadas pelos colaboradores da APDL, este foi de 454.389 horas.



404 - Capacitação e educação

404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado

404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira

A política de sustentabilidade da APDL tem como objetivo criar um ambiente de trabalho que assegure as melhores condições para todos os colaboradores, promovendo oportunidades reais de progressão e crescimento profissional. Estes fatores são reconhecidos como essenciais para alcançar desempenhos superiores e consolidar uma cultura de excelência. Ao incentivar o desenvolvimento contínuo e perspectivas de carreira, a organização reforça o compromisso com a valorização do talento e a construção de um futuro mais sustentável.

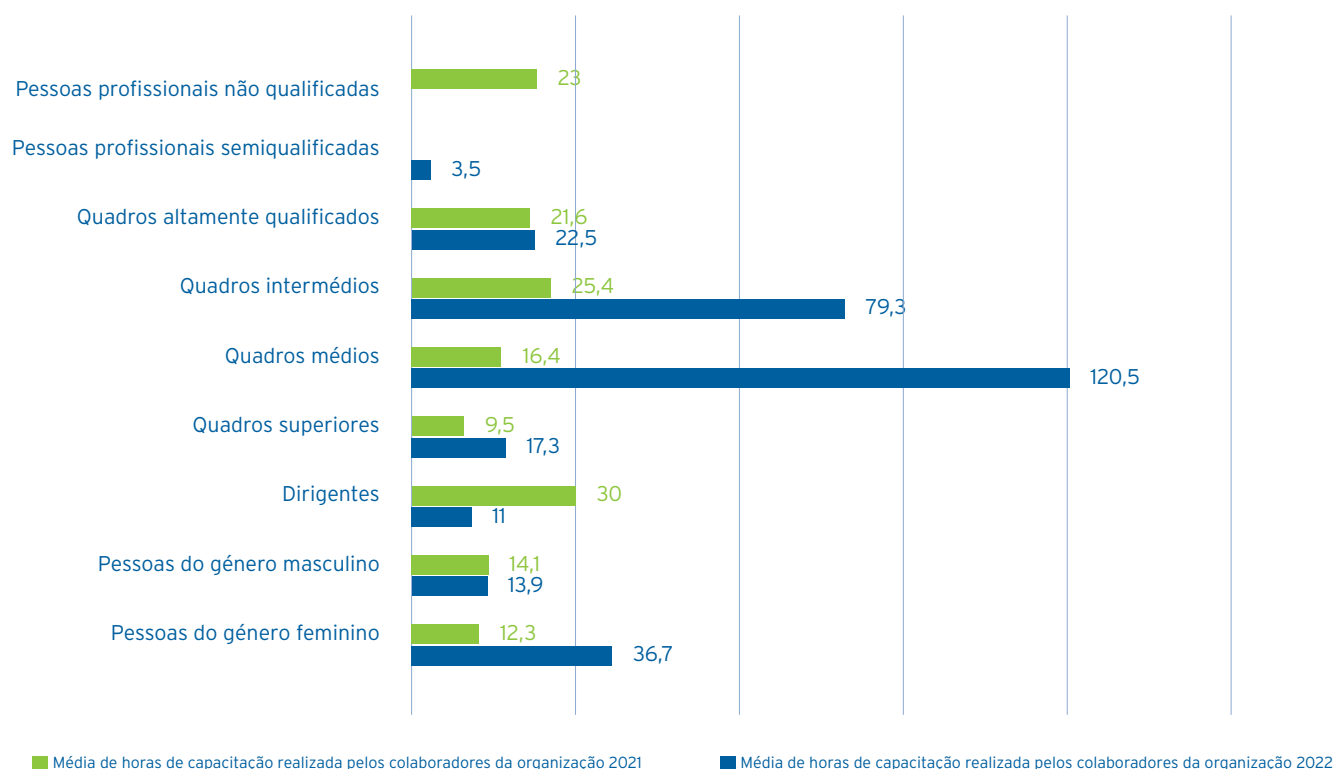
Neste contexto, a capacitação dos colaboradores assume um papel central, focando-se no desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho eficaz das funções. Em 2022, as ações de formação abrangeram áreas como:

- i. Línguas, com foco especial em inglês marítimo e avançado;
- ii. Segurança no trabalho em temas como combate ao incêndio, pilotagem e salvamento;
- iii. Gestão, no que diz respeito ao atendimento e comunicação com o exterior, garantindo atualização permanente e alinhamento com as exigências do setor.

Estes programas refletem a aposta da APDL na qualificação como instrumento para a melhoria contínua e para a integração de práticas sustentáveis contribuindo diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o ODS 4 - Educação de Qualidade, ao promover aprendizagem ao longo da vida, e o ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico, ao assegurar

condições que favorecem empregabilidade e desenvolvimento profissional. Na Figura 22, apresenta-se a média de horas de capacitação realizadas pelos colaboradores, e evidenciando o investimento consistente na aprendizagem e no desenvolvimento profissional.

Figura 22. Média de horas de capacitação realizada pelos colaboradores da organização



404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Na APDL, a avaliação de desempenho ocorre anualmente, no entanto, trabalha-se em diálogo contínuo entre líderes e colaboradores com o propósito de estabelecer uma melhoria contínua a fim de atingir os melhores resultados. O desenvolvimento dos colaboradores é orientado pelo feedback, um caminho crucial nesse processo, desde que realizado com sinceridade e empatia. Por sua vez, a APDL procura promover boas práticas de envolvimento e motivação dos trabalhadores e trabalhadoras, visando a maior produtividade e o alcance dos objetivos estratégicos da empresa. Na Figura 23 e na Tabela 31 são apresentados os indicadores referentes à avaliação regular dos colaboradores.

Figura 23. Percentagem de colaboradores que receberam avaliação regular de desempenho e progressão de carreira por género

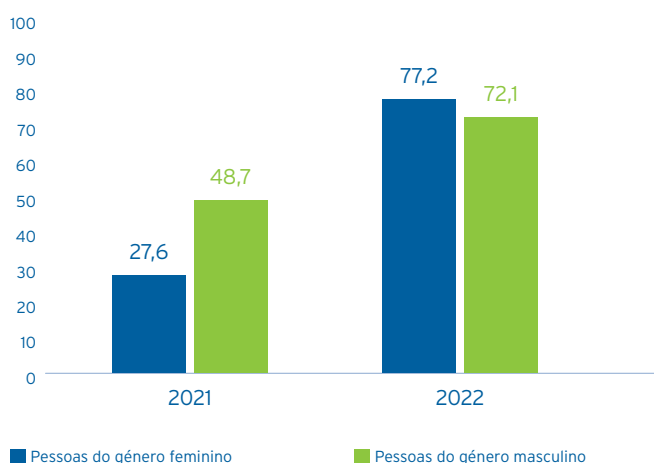


Tabela 31. Total de colaboradores que receberam avaliação regular de desempenho e progressão de carreira por categoria funcional

Total de colaboradores que receberam avaliação regular de desempenho e progressão de carreira durante o período de relato, por categoria funcional	
2022	%
Dirigentes	0,0
Quadros superiores	82,5
Quadros médios	25,0
Quadros intermédios	50,0
Quadros altamente qualificados	69,6
Pessoas profissionais semiqualficadas	75,0
Pessoas profissionais não qualificadas	0,0

405 - Diversidade e igualdade de oportunidades

405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados

405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

A APDL reafirma o seu compromisso em promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo, através do seu Plano para a Igualdade, garantindo igualdade de oportunidades em todas as fases da carreira e valorizando o talento independentemente do género ou da idade. Embora a representatividade de mulheres e pessoas com menos de 30 anos, tanto nos órgãos de governança como no conjunto de colaboradores (Tabela 32 e Tabela 33), ainda seja reduzida, a organização continua a implementar políticas e iniciativas que visam ampliar essa diversidade.

Tabela 32. Composição do órgão de governança

Composição do órgão de governança	
2022	%
Pessoas do género feminino	33,3
Pessoas do género masculino	66,7
Pessoas com idade abaixo dos 30 anos	0,0
Pessoas com idade entre os 30 e os 50 anos	33,3
Pessoas com idade acima dos 50 anos	66,7
Outros indicadores de diversidade (ex.: identidade de género não-binária, minorias étnicas, pessoas com deficiência, entre outros grupos vulneráveis)	0,0

Tabela 33. Percentagem de novos colaboradores por género e faixa etária

Indicador	Faixa Etária	Género	2022
Novos colaboradores por género e faixa etária (%)	<30		0
	30-50	Feminino	14,3
	>50		0
	<30		0
	30-50	Masculino	85,7
	>50		0

No que diz respeito às novas incorporações na APDL verifica-se que 14,3% correspondem a incorporações em quadros altamente qualificados na faixa etária dos 30 aos 50. Por sua vez, 85,7% devem-se a novas incorporações em quadros superiores também na faixa dos 30 aos 50 anos. O compromisso com a diversidade e igualdade de oportunidades traduz-se na definição de metas claras e na criação de ações que fortalecem uma cultura baseada no respeito, na equidade e na valorização das pessoas, alinhando-se com os ODS 5 - Igualdade de Género e o ODS 10 - Redução das Desigualdades.

Por sua vez, é feita a monitorização da proporção entre o salário-base e a remuneração total recebida por pessoas do género feminino e masculino, segmentada por categoria funcional. Estes dados permitem avaliar a equidade salarial e identificar oportunidades para reforçar a igualdade de género na organização. A informação detalhada encontra-se apresentada na Tabela 34, garantindo transparência e alinhamento com as melhores práticas de governança.

Tabela 34: Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidas por pessoas do gênero feminino e gênero masculino por categoria funcional

Indicador	Categoria funcional	2021	2022
Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos por pessoas do gênero feminino e pessoas do gênero masculino, por categoria funcional	Dirigentes	0,83	1,29
	Quadros superiores	1,11	1,32
	Quadros médios	1,24	1,27
	Quadros intermédios	0	0
	Quadros altamente qualificados	1,13	1,26
	Pessoas profissionais semiqualficadas	0	0
	Pessoas profissionais não qualificadas	0,48	1,3

418 - Privacidade do cliente

418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes

Em 2022, não foram registadas queixas de partes externas ou de agências reguladoras relacionadas com a violação da privacidade de clientes, nem foram identificados incidentes de violação ou perda de dados, à semelhança do ano anterior.

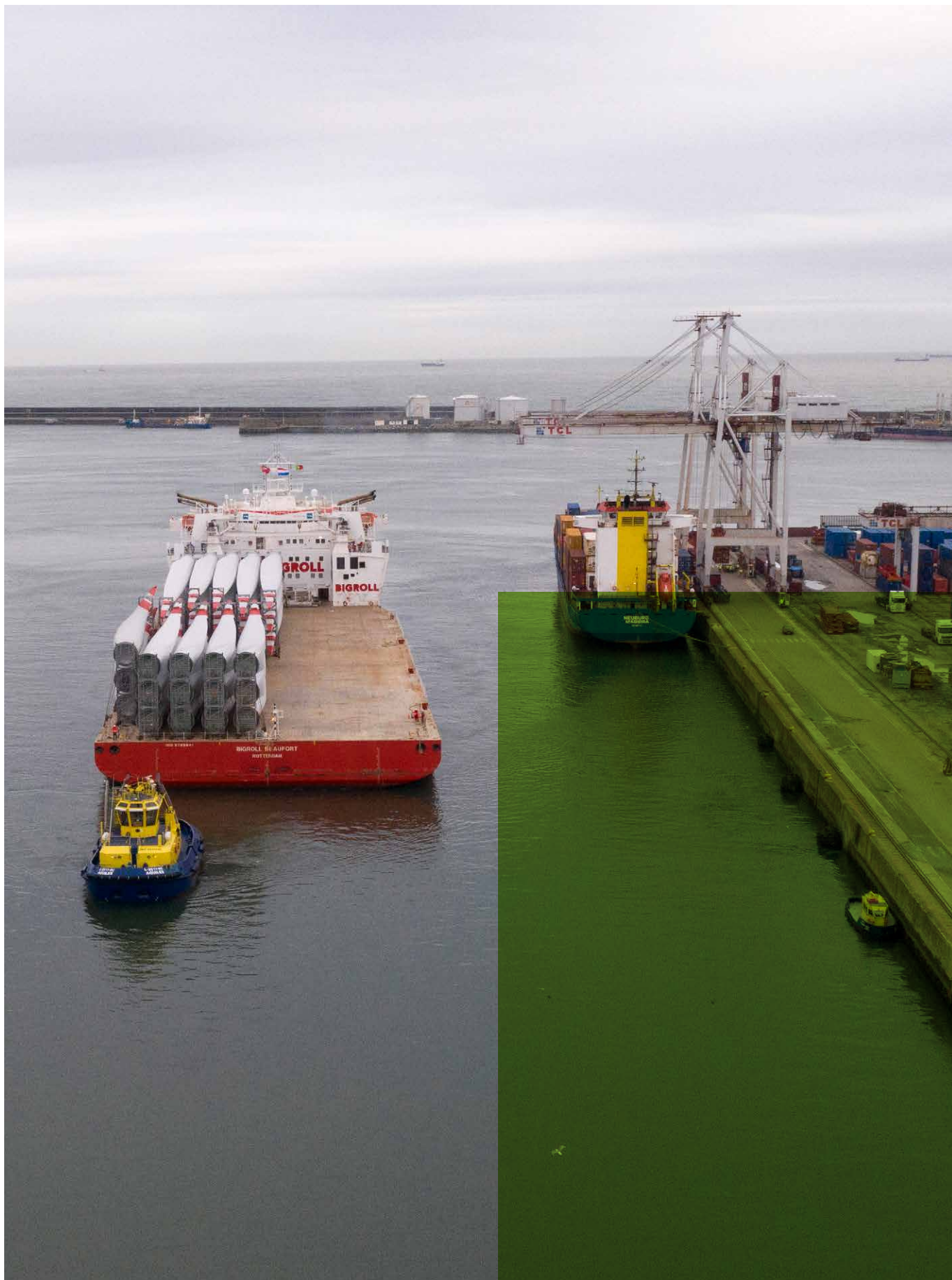


Sumário de conteúdo da GRI

Norma GRI	Localização
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	
2-1 Detalhes da organização	Pág. 11
2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Pág. 11
2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	Pág. 11
2-4 Reformulações de informações	Pág. 11
2-5 Verificação externa	Pág. 11
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Pág. 11
2-7 Empregados	Pág. 12
2-8 Trabalhadores que não são empregados	Não é relatado
2-9 Estrutura de governança e sua composição	Pág. 13
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Pág. 13
2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	Pág. 13
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactes	Pág. 13
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactes	Pág. 14
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Pág. 14
2-15 Conflitos de interesse	Pág. 14
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	Pág. 14
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Pág. 14
2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Pág. 14
2-19 Políticas de remuneração	Pág. 14
2-20 Processo para determinação da remuneração	Pág. 14
2-21 Proporção da remuneração total anual	Pág. 14
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Não é relatado
2-23 Compromissos de política	Pág. 24
2-24 Incorporação de compromissos de política	Pág. 24
2-25 Processos para reparar impactes negativos	Pág. 24
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Pág. 25
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Pág. 25
2-28 Participação em associações	Pág. 25
2-29 Abordagem para envolvimento de stakeholders	Pág. 25
2-30 Acordos de negociação coletiva	Não é relatado
GRI 201: Desempenho Económico 2016	
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	Pág. 26
201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Pág. 26
201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	Não aplicável, a APDL não apresenta um plano de aposentadoria aos trabalhadores
201-4 Apoio financeiro recebido do governo	Pág. 26
GRI 202: Presença no Mercado 2016	Tópico não material
GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016	
203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	Não é relatado
203-2 Impactes económicos indiretos significativos	Não é relatado
GRI 204: Práticas de Compra 2016	Tópico não material
GRI 205: Combate à corrupção 2016	Tópico não material

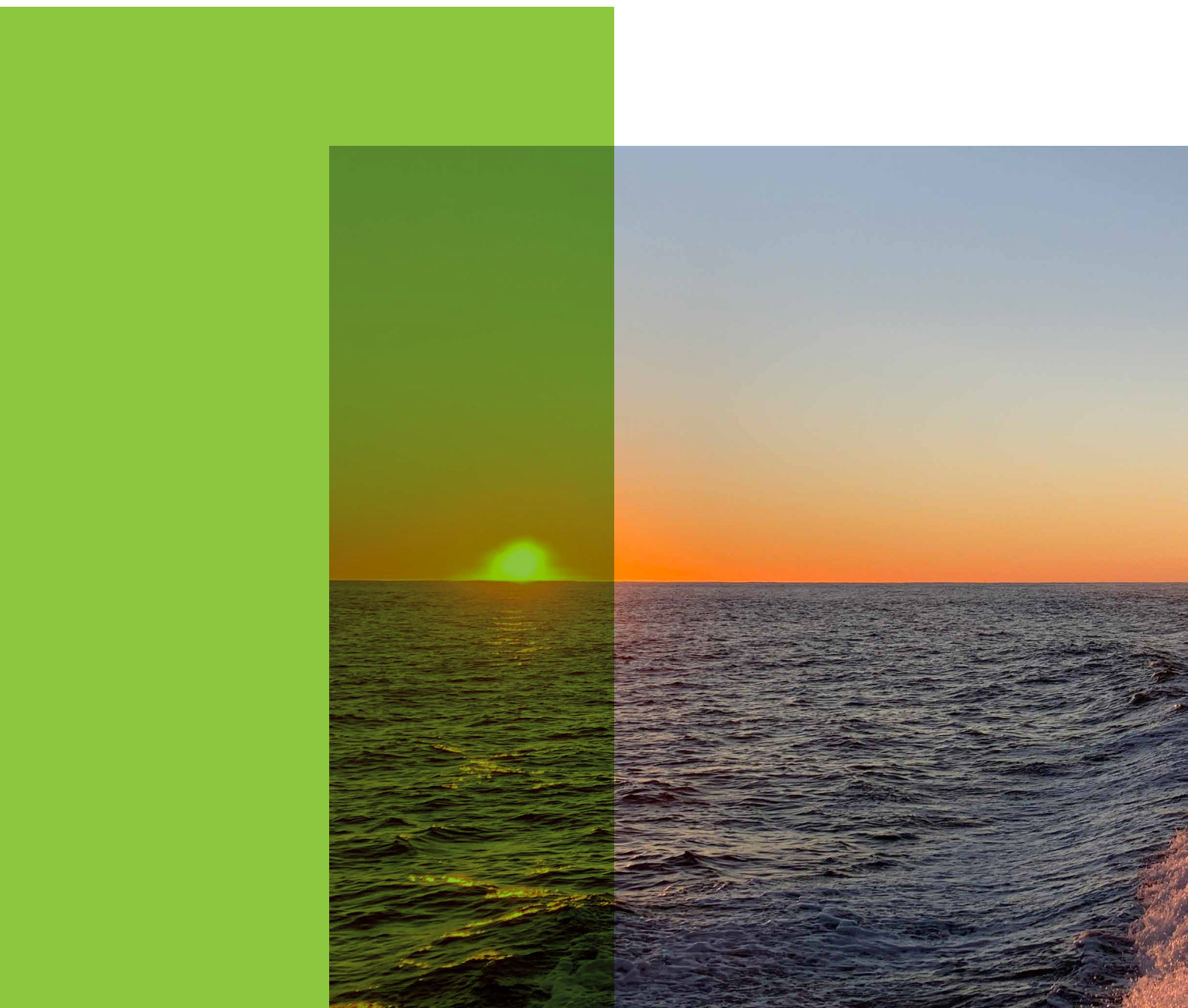
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	Tópico não material
GRI 207: Tributos 2019	
207-1 Abordagem tributária	Pág. 27
207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Pág. 27
207-3 Envolvimento dos stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	Pág. 28
GRI 302: Energia 2016	
302-1 Consumo de energia dentro da organização	Pág. 29
302-2 Consumo de energia fora da organização	Não é relatado
302-3 Intensidade energética	Pág. 30
302-4 Redução do consumo de energia	Não é relatado
302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Não é relatado
GRI 303: Água e Efluentes 2018	
303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	Pág. 31
303-2 Gestão de impactes relacionados à rejeição de água	Pág. 31
303-3 Captação de água	Não é relatado
303-4 Descarte de água	Não é relatado
303-5 Consumo de água	Pág. 32
GRI 304: Biodiversidade 2016	
304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	Pág. 33
304-2 Impactes significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Pág. 37
304-3 Habitats protegidos ou restaurados	Não é relatado
304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	Pág. 37
GRI 305: Emissões 2016	
305-1 Emissões diretas (scope 1) de gases de efeito estufa (GEE)	Pág. 38
305-2 Emissões indiretas (scope 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Pág. 38
305-3 Outras emissões indiretas (scope 3) de gases de efeito estufa (GEE)	Não é relatado
305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Pág. 30
305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Não é relatado
305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	Não é relatado
305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	Pág. 40
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	
306-3 Derrames significativos	Pág. 38
GRI 306 - Resíduos 2020	
306-1 Produção de resíduos e impactes significativos relacionados com resíduos	Pág. 41
306-2 Gestão de impactes significativos relacionados com resíduos	Pág. 41
306-3 Resíduos gerados	Pág. 41
306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Pág. 41
306-5 Resíduos destinados para disposição final	Pág. 42
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	
308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios	Pág. 49
308-2 Impactes ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Pág. 49
GRI 401: Emprego 2016	
401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	Pág. 51
401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Pág. 52
401-3 Licença maternidade/paternidade	Pág. 52

GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	
403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Pág. 53
403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Pág. 53
403-3 Serviços de saúde do trabalho	Pág. 53
403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Pág. 53
403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Pág. 53
403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Pág. 54
403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Pág. 54
403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Pág. 55
403-9 Acidentes de trabalho	Pág. 55
403-10 Doenças profissionais	Não relatado
GRI 404: Capacitação e Educação 2016	
404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Pág. 56
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Pág. 56
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Pág. 57
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	
405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Pág. 58
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	Pág. 58
GRI 406: Não discriminação 2016	Tópico não material
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016	Tópico não material
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	Tópico não material
GRI 409: Trabalho Forçado ou análogo ao escravo	Tópico não material
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	Tópico não material
GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016	Tópico não material
GRI 413: Comunidades Locais 2016	
413-1 Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Não é relatado
413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	Não é relatado
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	Tópico não material
GRI 415: Políticas Públicas 2016	Tópico não material
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor	Tópico não material
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016	Tópico não material
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016	
418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Pág. 59



Declaração GRI

Este relatório foi elaborado com referência às normas da Global Reporting Initiative (GRI), refletindo o compromisso da APDL com a transparência e a divulgação das suas práticas de sustentabilidade. O alinhamento com os princípios e indicadores GRI permitiu estruturar a informação apresentada, facilitando a comparabilidade e a compreensão dos impactos económicos, ambientais e sociais da organização. A APDL não realiza, atualmente, verificação externa independente do relatório, pelo que este não deve ser considerado como estando em total conformidade com os requisitos de certificação GRI, mas apenas em alinhamento.



Lista de Acrónimos

APDL - Administração da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo

APP - Associação dos Portos de Portugal

CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CH4 - Metano

CO2 eq - Dióxido de Carbono equivalente

e-GAR - Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos

ESG - Environmental, Social and Governance

ESPO - European Sea Ports Organisation

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

GEE - Gases de Efeito Estufa

GRI - Global Reporting Initiative

IFRS - International Financial Reporting Standards

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

N2O - Óxido Nitroso

NOx - Óxidos de Azoto

MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

OPS - Onshore Power Supply

SNC - Sistema de normalização contabilística

SST - Segurança e Saúde no Trabalho

SOx - Óxidos de Enxofre

PAG - Potencial de Aquecimento Global

PSE - Prestadores de Serviços Externos

ppm - Partes por Milhão

VND - Via Navegável do Douro

ZEC - Zona Especial de Conservação

ZPE - Zona de Proteção Especial



Referências

APA. (2013). Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) Poder Calorífico Inferior, Fator de Emissão e Fator de Oxidação. https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/CELE%202/tabela_pci_fe_fo_2013_O.pdf

APA. (2025). Fator de emissão da eletricidade 2025 Portugal. https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20250808/fe_gee_eletricidade_2025_final_apc.pdf

Decreto-Lei n.º 69/2008, de 14 de abril, que fixa os limites ao teor de enxofre de certos tipos de combustíveis líquidos derivados do petróleo DGRM. (2018). Teor de Enxofre dos Combustíveis Navais. <https://www.dgrm.pt/teor-de-enxofre-dos>

Diretiva 2009/30/CE, de 23 de abril de 2009, que altera a Diretiva 98/70/CE no que se refere às especificações da gasolina e do gasóleo rodoviário e não rodoviário e à introdução de um mecanismo de monitorização e de redução das emissões de gases com efeito de estufa e que altera a Diretiva 1999/32/CE do Conselho no que se refere às especificações dos combustíveis utilizados nas embarcações de navegação interior e que revoga a Diretiva 93/12/CEE

EEA. (2023a). EMEP/EEA air pollutant emission inventory guidebook 2023. <https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/emep-eea-guidebook-2023>

EEA. (2023b). EMEP/EEA air pollutant emission inventory guidebook 2023. https://efdb.apps.eea.europa.eu/?-source=%7B%22track_total_hits%22%3Atrue%2C%22query%22%3A%7B%22bool%22%3A%7B%22must%22%3A%5B%7B%22term%22%3A%7B%22code%22%3A%221.A.3.d.ii%20National%20navigation%22%7D%7D%-2C%7B%22term%22%3A%7B%22Fuel%22%3A%22Gasoline%22%7D%7D%5D%7D%7D%2C%22display_type%22%3A%22tabular%22%7D

Greenhouse Gas Protocol. (2024). Emission Factors for Cross Sector Tools V2.0.

Greenhouse Gas Protocol. (2024). IPCC Global Warming Potential Values.

IPCC. (2006). 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories Volume 2. <https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/2006gl/vol2.html>

União Europeia. (2016). Diretiva (UE) 2016/802 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativa à redução do teor de enxofre de determinados combustíveis líquidos (versão codificada). Jornal Oficial da União Europeia, L 132, 58-78. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:240305030202_1&isLegisum=true

Ficha técnica

Redação e Edição
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Fotografias
APDL, S.A.

Contactos
APDL, S.A.

Direção de Desenvolvimento e Sustentabilidade
Av. da Liberdade, 150
4450-718 Leça da Palmeira
Tel.229 990 700

Email: correio@apdl.pt
www.apdl.pt

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Porto de Leixões
Av. da Liberdade, 150
4450-718 Leça da Palmeira
Portugal

T. +351 229 990 700

correio@apdl.pt

www.apdl.pt



#2035APDL

Unidos pelo progresso, comprometidos com o planeta.

